



A Diocese de Lamego no contexto do património religioso e cultural português



N u n o R e s e n d e *

Introdução

1. A preocupação do Homem com a organização é um dos princípios basilares do processo civilizador. Estruturar e sistematizar, – seja conceitos, normas, ou bens materiais –, a par com a hierarquização e a contabilização são o garante de conceitos como progresso e desenvolvimento e, como tal, fazem parte de praticamente todas as sociedades, em todos os tempos. Talvez exista hoje uma dissonância, científica e do senso comum, entre o conceito de organização e cultura, eivados que estamos da politização constante dos sentidos de «sistema», e «progresso», com todas as suas clivagens e desigualdades quando aplicados ao social e ao económico. Não o discutiremos. A incapacidade para vencermos anacronismos e modelos sociais pré-concebidos, não nos permite (a historiadores e a historiadores de arte), traçarmos linhas de continuidade entre espaços, objectos, funções e autores – isto no campo da arte, (e, lá chegaremos, da arte religiosa).

Quando nos referimos a objectos cuja existência funcional e dinâmica foi subitamente cessada e trocada pela da exibição, diremos que o objecto «morreu» no seu sentido funcional, quando passou a assumir uma condição meramente histórica. Nessa altura pode ter seguido os caminhos da destruição, da musealização ou da fruição privada – mas em qualquer um dos três deixou de assumir a condição para a qual foi efectivamente criada. Se no primeiro caso, se trata de uma «morte

* Lic. Em História (U.M.), Mestre em Estudos Locais e Regionais (U.P.), Doutorando em História de Arte Portuguesa (U.P.). O autor agradece a leitura do texto e as pertinentes sugestões dos drs. Anísio Saraiva e João Soalheiro.

permanente» (perdoe-se a redundância) nos dois seguintes, esvazia-se para figurar como simples invólucro – «morte» aparente.

No entanto, o objecto histórico ou historicizante deveria constituir nos dias de hoje o *thopos* numa sociedade eminentemente objectificada, apoiada em ícones, representações e materialização de ideias na sua maior parte pobres, mas extremamente atraentes. Talvez este objecto a que nos referimos constitua, «lá fora», o elemento catalisador. Basta reflectirmos sobre quanto da arte internacional é promovida por obras e não por correntes (e dentro destas por autores, *objectificados*). Quando nos referimos ao exterior, ou seja, ao internacional, não o fazemos imbuídos de qualquer fundamentação contra-nacionalista: a nossa História museológica prova o que acabámos de referir. Assente na recolha de obras de arte avulsas, na sua maioria de proveniência religiosa e (ou) litúrgica, as colecções dos grandes museus portugueses distanciam-se das realidades inglesa, francesa e mesmo da espanhola que, não obstante a sua proximidade à de Portugal, em termos de mentalidade religiosa, política e social, conseguiu orientar a sua museologia num conjunto de elementos inexistentes ou deficientemente estruturados em Portugal: grandes colecções de arte não religiosa; o gosto pelo mundano e pelo classicismo, decorrentes da existência de uma aristocracia culta, rica, humanista e, *last but not least*, o investimento pessoal e colectivo em obras catalisadoras que revelam sensibilidades derivadas de inúmeros factores e (ou) sincretismos e intercâmbios culturais não apenas definidos por critérios religiosos ou para-religiosos.

Portugal, assim geográfica e mentalmente afastado dos pólos de cultura europeus (com excepção do período quinhentista em que ele próprio criou uma centralidade) que aqui estendiam os seus braços em ténues e fugazes oportunidades – logo coarctadas por estratégias, normalmente elitistas e ideológicas – plasmou a sua produção artística em corporações – se não sociais, ao menos mentais – numa ideia de autofagia, em detrimento das de projecção ou de promoção. Um exemplo é a forma como Vasco Fernandes, o mais *objectificado* dos nossos autores *antigos* foi tratado como exemplo maior de uma «cultura de grupo», *primii inter pares*, quando os seus pares eram pintores não de escola, mas de província. E quem serviam estes? Não os leigos, nem os gostos mundanos de uma nobreza pujante, se não o único e o mais ávido de todos os clientes, ou seja a Igreja.

Cremos que foi este afastamento geográfico e cronológico à arte como veículo de expressão cultural – não necessariamente religiosa – e como elemento de consciência colectiva, que contribuiu para a profunda cisão entre aquela, o indivíduo, a comunidade e hoje entre o museu e a sociedade. Embora centremos a nossa análise numa ideia e no objecto, poderíamos transpor o mesmo pensamento ao património



em geral. Quando Umberto Eco tenta definir a arte (centrando-se no pensamento contemporâneo) refere-se à «sensibilidade histórica» e diz-nos que são possíveis intermináveis formulações sobre a definição daquela («a ideia de arte muda continuamente, de acordo com as épocas e com os povos» Eco, 1995: 136), mas não admite que se saia da História. Quando entramos no domínio da vulgarizada *Arte Sacra*, ela margina a História, exclui-se dela. Catalisa a comunidade que se agrupa ao seu redor, mas não é cívica, como nas cidades italianas do Renascimento que expunham a arte nas suas praças.

Penso que será interessante reflectirmos um pouco a partir da expressão «sensibilidade histórica» aplicado ao caso português e à sua produção artística, como já vimos revolvendo-se entre contextos rígidos e programas inflexíveis, condicionados pelo acesso dos autores à mundividência exterior, às exigências do encomendante e à influência de ambos no gosto do observador. Quem é ele? O fiel, o devoto, por quem a consciência estética, formatada pelo processo descrito, não trata de distinguir entre o «belo» e o «feio» (embora haja considerações distintivas óbvias subjacentes) mas entre o «bom» e o «mau», – no sentido em que a arte (religiosa) enquanto espelho de gostos, sensibilidade e expressão cultural, não existe. Existe, isso sim, uma noção inerente de funcionalidade e de totemismo – bem presente nas esculturas apotropaicas, terapêuticas e nos relicários –, que relega, no caso do património religioso, a arte para um plano superior e paradoxal, de transcendência e utilidade física. E já que falamos em sacros despojos, a própria ideia de relicário ilustra bem o que acabamos de referir: quando esvaziado do seu conteúdo, o relicário, torna-se objecto artístico, cujos metais nobres e pedraria acentuam o seu valor material. Mas o conteúdo, antes considerado despojo sagrado, identificado e funcionalmente hábil, revela-se-nos apenas um pedaço de osso ou tecido, quando expurgado do receptáculo. O *sacro* torna-se invólucro, que nada diz.

Não querendo espartilhar, nem o conceito, nem a abrangência da arte, em especial a da arte religiosa, – e não *arte sacra*, como teremos a oportunidade de abordar conceptualmente, adiante –, diremos que a sociedade portuguesa, e as suas elites, por todas as razões apontadas, conviveram com a arte enquanto produto, não da expressão de cultura, mas de tópicos, ideias, registos devidamente orientados ideologicamente pela Igreja que, a partir do concílio de Trento, viveu em cruzada interna para equilibrar não o *belo* e o *feio*, mas o tal *bom* e o *mau* que tem servido de matriz à concepção da arte pelas comunidades e a forma como esta é entendida/utilizada pelas mesmas. Se estas considerações podem, ou não, ser afiançáveis e verdadeiramente incisivas para o contexto nacional, só estudos sociológicos e historicamente abrangentes poderão esclarecê-lo –, estudos esses

que não existem. A historiografia da arte, mais preocupada com o objecto do que com o que o rodeia, e a História, alheia à importância do mesmo como registo material de culturas, subculturas ou comunidades, criam clivagens ou dissonâncias que deixam em branco muitos elementos de ligação. Seja como for e em que estado esteja, efectivamente, o estudo da «arte em contexto», sem o exercício de pensamento que trouxemos até aqui é difícil compreender a finalidade e a problemática ou problemáticas associadas à noção de inventário do património, tal qual ele tem sido aplicado nos dias de hoje.

2. Esta introdução manifesta preocupações do autor não apenas como historiador, mas enquanto observador decorrente do seu trabalho como coordenador científico do inventário do património religioso do património móvel, levado a cabo pela diocese lamecense nos arceprebendados de Lamego e Tarouca. Tal trabalho, que decorreu durante cerca de 2 anos, envolveu um processo de intervenção metodológica e surgiu, não como uma necessidade eminente, estratégica de salvaguarda de um património «em risco», seguindo orientações nacionais ou internacionais, mas mais como uma oportunidade para aproveitamento de fundos económicos europeus. Na ausência de um plano estratégico, nacional, concertado, permanente e com uma bolsa de fundos comum não se pode assegurar o mais importante num contexto de inventário do tipo diocesano (e, dentro deste, já noutra orgânica, o paroquial): a sua gestão. De facto temos andando a trabalhar em contexto museológico, num circuito fechado de marcação de peças, e pouco mais. A excentricidade do património (religioso, cultural, num sistema não fechado, dinâmico, em que os objectos são diariamente manuseados com funções específicas); o atavismo historiográfico (e cada vez mais social) em relação à religião como espaço preenchido por múltiplos fragmentos (objectos) e não de um todo; a inoperância da própria Igreja que, sem técnicos especializados e meios suficientes não exerce qualquer tipo de vigilância sobre o património material à sua guarda e, finalmente, o absoluto desinteresse do Estado em seguir políticas internacionais de estudo, conservação e salvaguarda do património, mormente o religioso, colocam-nos perante este dilema: inventariar o quê? Para quê? E para quem?

Um dos grandes problemas (estrutural, intrínseco) dos nossos cientistas sociais tem sido o de formular teorias e sistematizar metodologias em contextos específicos, estanques, sem procurar alargar o âmbito da análise, recusando-se ceder a generalizações ou a enquadrar-se em planos superiores de trabalho. Então o seu serviço transforma-se num monólogo. Tem sido assim com o inventário aplicado ao cadastro, estudo e salvaguarda do património português. Património no sen-



tido lato, não na conotação particular que lhe tem sido dado. Quando, em 2006, num colóquio, em Mêda, sugerimos a elaboração de uma carta cultural concelhia, em detrimento de inventários parcelares (cartas arqueológicas, «inventários» do património móvel, ou de levantamentos tipológicos), fizemo-lo considerando que o trabalho não pode ser lançado numa célula menor, nem numa maior do que a de um município, sem prejudicarmos vários factores. Mas aqui o que menos importa definir são geografias, se não sistematizar dados, orientações e fontes sobre um conjunto de objectos e de valores não materiais. Em suma, organizá-los e apresentá-los como material de trabalho e fonte de conhecimento e educação. A parte mais importante fase de um inventário, a sua organização e gestão, tem sido constantemente ignorada e a informação que cada um destes inventários nos lega estará sempre desactualizada. Logo, qualquer inventário que surja, por muito complexa que seja a sua execução ou atraente a sua imagem, nada valerá se a bitola utilizada exceder ou ficar abaixo da largura da dos projectos vizinhos, ou se não puder alimentar-se constantemente de informação. Estamos numa época em que o inventário apenas faz sentido se souber alimentar-se e reconstruir-se em ligações hipertextuais «internas» e «externas».

Compreender o sentido histórico e identitário do inventário para sobre ele construir um *thesaurus* que respeite conceito e denominações locais, regionais e nacionais; aplicar uma linguagem simples, mas directa, que elimine pré-conceitos sobre usos e contextos sobre uma grelha comum, (porém maleável e que permita o diálogo) e, sobretudo, caminhar no sentido de cruzar dados e fontes são aspectos fundamentais para cumprir a ideia de um inventário não necessariamente nacional, mas que respeite concepções e dinâmicas alargadas – aceitando, por exemplo, que lado a lado, convivam objectos extraídos de contexto etnográfico, ou partes de uma ânfora romana lado a lado com esculturas devocionais. Sem que entre cada um haja necessariamente um fio condutor, elementos comuns ou, sequer, a condição museológica.

Este trabalho propõe-se assim objectivar: a compreensão da importância do inventário cultural, documental e artístico (focando o património religioso regional) e os significados deste e sua pertinência num contexto de estudo, preservação e educação dando como exemplo da Diocese de Lamego no contexto nacional português, com toda a relevância que a mesma exerce enquanto espaço privilegiado de produção artística, desde o século XV até à época contemporânea.

Diocese de Lamego: breve história cultural.

1. Não nos propomos realizar uma caracterização histórica, cronológica, e monográfica desta diocese. Remetemos o leitor para os trabalhos, recentes, de Soalheiro, 2000; Saraiva, 2003; Marques&Silva, 2006 e Tapadinhas, 2008, que sistematizam a evolução e construção do espaço diocesano à sombra das instituições, dinâmicas e preceitos normativos locais, nacionais e supra-nacionais, sobretudo em contexto medieval¹. João Soalheiro faz, aliás, asserções muito específicas e bastante atualizadas sobre a origem alti-medieval do bispado, e o percurso deste, do Cabido, das Paróquias e da Vida Religiosa, durante os primeiros séculos da nacionalidade, apoiado na crítica à vasta documentação existente e não menos produtiva investigação a partir dela construída, sobretudo pela mão de A. Almeida Fernandes. Talvez por isso, a Diocese continue a ter, no período medieval, o principal âmbito de conhecimento e interesse, enriquecido pela recente edição de um trabalho de fôlego sobre a sua principal instituição, a Sé, na primeira metade do século XIV (cf. Saraiva, 2003). De resto, para um conhecimento já estruturado heurísticamente, não se esgota a obra de M. Gonçalves da Costa (1977-1993) que constitui, dentro da categoria das obras monográficas locais e regionais, um trabalho organizado segundo um modelo de análise centrado nas instituições e nas relações entre indivíduos, contra um certo género historiográfico/literário, anterior e posterior, que privilegia factos e ignora dinâmicas e estruturas.

Numa dimensão cultural, como justamente a designa J. Soalheiro, o conhecimento sobre a Diocese de Lamego fica muito atrás das suas congéneres como o fica, aliás, noutras áreas, temáticas e problemáticas relacionadas com a História Religiosa Local e Regional, devido à inexistência de estudos académicos e universitários².

¹ Sobre a representação cartográfica deste espaço sugerimos a consulta dos mapas constantes de SARAIVA, 2003: 29 e RESENDE, 2006: 20-21, comparando a evolução histórica do mesmo.

² E mesmo que nesses casos tais estudos não se enquadrem em análises de contexto paroquial ou diocesano, por flagrante anacronismo (como a análise das Memórias Paroquiais à luz das divisões administrativas actuais), são contudo de notável importância, sobretudo os que focam a demografia (através da exploração de registos paroquiais) ou aqueles em que se aborda a cultura e as dinâmicas sociais, – pelo que tem assim perdido Lamego e a sua diocese, seja por falhas e (ou) ausência de documentação (quando não pelo desconhecimento e acesso à mesma, mercê da inexistência de inventários e de respectivos guias), ou pela distanciação aos pólos de saber – derivada de inúmeras razões, algumas delas actuais e prementes, adiante desenvolvidas. Ao tema então proposto, o da dimensão cultural, se refere o referido autor, pondo em evidência a época medieval, salientando o papel do Cabido e das casas religiosas, as quais, sem dúvida, constituíram, em Lamego como em todo o mundo cristão medieval, empresas de saber e educação.



É, contudo, ao período entre a Idade Moderna e a contemporaneidade, a que o autor citado dedica apenas breves palavras, que tencionámos focar a nossa atenção, ainda que numa análise adequada ao presente ensaio, ou seja, elencando e sistematizando as fontes, os autores, e as estratégias subjacentes à renovação cultural e artística, por um lado, e à organização/veiculação da informação, por outro, tendo sempre presente as perspectivas interna e externa à própria diocese, como epicentro de mudança e acção. Seguindo esta linha de pensamento, propomo-nos enquadrar a produção e a gestão do património artístico e arquivístico/documental, como capital de memória colectiva legada pela Diocese de Lamego.

Herdeiras, primeiro, do Concílio de Trento (1545-1563) e, depois, de Vaticano II (1962-1965), a organização e as várias posições tomadas pela Igreja ante o património, ora fonte de rendimento e sustentação, ora manifestação simbólica e catequética, edificaram sobre os referidos concílios a sua orientação, que hoje vigora. Entre o final da Idade Média, tal como ele foi estipulado cronologicamente (1453, com a queda de Constantinopla) e o Concílio de Trento, que constitui um ponto de viragem na organização da Igreja Católica, passaram cerca de cem anos. Mas, nem esse período é de esterilidade ao nível da regulamentação da informação e do espólio documental e artístico à guarda da cúria e das paróquias, nem podemos compartimentar a difusão da informação numa simples grelha cronológica nacional ou internacional que não serve, à partida, o nosso objectivo de análise local e regional. Portanto, sem queremos avançar pela Idade Média, considerámos por bem alicerçar o seguinte ensaio tendo como limites o período imediatamente anterior a Trento, até aos nossos dias, correndo o risco de descrever o panorama recente, não com recurso a análise e conceitos históricos, mas segundo perspectivas e experiências decorrentes de processos em que participámos. Arriscamos, porém, fazê-lo, seguros de que a análise por nós apresentada possa contribuir para a compreensão de um percurso que, tendo como ponto intermédio a contemporaneidade, tem raízes profundas e resulta de acções devidamente fundamentadas e decorrentes do caminho passado que descreveremos.

Se o saber constitui uma forma de poder, como bem testemunham os cartórios dos mosteiros e das sés, providos dos materiais necessários a vencerem a máquina legalista que, sobretudo a partir do século XVI se torna mais complexa e com um maior capital humano (por via «burocratização da administração, tanto civil como eclesiástica», *cf.* Almeida, 2004: 49), então o acesso e à proximidade ao saber, define, quanto a nós, periferias e centralidades. Neste aspecto, os bispos de Lamego, tiveram, imediatamente antes e depois de Trento, um papel importantíssimo na dinamização cultural da diocese e da projecção da cidade enquanto pólo emissor

e receptor de capitais e espaço de criação artística. Dependia destes homens, a maioria deles estrangeiros em Lamego³, o poder de acção num espaço profundamente clivado de poderes e contra-poderes. Da Idade Média, vinha a influência crescente e abusiva do condado de Marialva e dos coutos de Salzedas e S. João de Tarouca e, muito embora, (por omissão da documentação) não conheçamos para Lamego, como para o Porto ou para Viana, o frequente embate entre o Município e a Sé, o poder episcopal estava cerceado e com ele a cidade frequentemente sitiada por autênticos estrategas que lançavam mão de qualquer arma para o combate⁴. A começar pelos próprios mosteiros intra diocesanos.

Importava, pois, que a Diocese tivesse à cabeça dos seus destinos, homens capazes de fazer frente aos reveses e às contingências de cada época. Nesse aspecto, muito do que J. Veríssimo Serrão chamou de « projecção cultural » do bispado e da própria cidade de Lamego (Serrão, 1977) deveu-se a bispos que, pela sua origem e percurso, souberam e puderam contribuir para renovação artística e para a modernização organizativa e institucional, segundo os cânones da sua época, ou mesmo ultrapassando-os.

Alguns períodos de *sede vacante* ou a figura de deões e vigários gerais mais proeminentes puseram à prova outros indivíduos que lançaram mãos de estratégias comuns a todas as épocas, quando o poder episcopal não existia ou se eclipsava. De facto, não obstante a dinâmica da diocese de Lamego (como acontecia com todas as outras), ter

³ Até ao século XV, dos 33 bispos conhecidos que se sentaram na cátedra lamecense, apenas 6 eram naturais do território diocesano: D. Pedro Mendes (1197-1211), D. Paio Furtado (1211-1246), D. Domingo Pais (1271-1274), Vasco Martins de Alvelos (1296-1302), D. Lourenço (1363-1393) e D. Gonçalo Gonçalves (1394-1419). Se alargarmos o período até aos dias de hoje, entre 78 prelados, perfazem com os atrás referidos, um total de 10 os naturais de Lamego (diocese) que nela exerceram o governo episcopal, a saber. D. Francisco de Soutomaior (1636-1668), D. Manuel de Vasconcelos Pereira (1773-1786), D. Jerónimo Teixeira Cabral (1613) e D. Jacinto Tomás Botelho (d. 2000).

⁴ Talvez assim se compreenda o frequentemente citado percurso de D. Clara Fernandes, cuja vida « dissoluta » não a impediu de tomar para si o controle do convento de Recião e escapar às justiças régias e eclesiásticas em pleno século XV, cf. Viterbo *apud* Costa, 1979: 532-533. Por estudar está o sentido de cultura cívica, sobretudo no que toca à sua posição ante o poder religioso e a religião. No Porto, cidade exposta a influências externas continuadas pela sua posição geográfica próxima à costa, abordámos a questão das divergências do Cabido e da Câmara Municipal quanto à manutenção de um poderoso símbolo urbano: o seu santo patrono, São Pantaleão. Em Lamego, não encontrámos tensões semelhantes. Mesmo ao nível do urbanismo e da arquitectura, – geografias urbanas onde se jogam e espelham conflitos –, Lamego difere, em muito, do Porto e de outras cidades, onde as estruturas municipais e episcopais de alguma forma competiam no espaço pelo poder. Cf. A. Saraiva, no seu estudo sobre a implantação da Sé de Lamego, SARAIVA, Anísio de Sousa – « A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego ». *Revista Portuguesa de História*, tomo 36, vol. 1 (2002/2003), pp. 241-265 (vol. 1).



dependido da força e da operacionalidade do bispo, para o que era determinante o seu próprio percurso biográfico e a sua origem – características importantes na constituição de épocas particularmente criativas ou reformistas⁵, o acesso a canais paralelos de influência e a capacidade para os usar foram sempre determinantes.

Em seguida tentaremos fazer uma abordagem cronológica às instituições, à sua organização e ao papel dos indivíduos na produção, difusão e salvaguarda do património e da memória na diocese de Lamego, desde o século XV até aos nossos dias.

2. Rafael Bluteau, no seu *Vocabulario* (1712-1728), esclarece que inventário é «registro ou papel em que estão registrados os móveis, os papeis, & varias cousas que há em uma casa»⁶. É interessante que o enciclopedista confine à «casa» o âmbito do inventário. De facto as Casas – físicas e simbólicas – do Antigo Regime, encerravam e administravam vastos cartórios, ou *tombos*, criados para gerir o aparato económico e de trato dos senhores. Mas Bluteau reduz esse sentido ao interior da casa enquanto espaço físico, à lista dos seus bens móveis e aos seus papéis. É, pois, um inventário do inventário, no sentido em que incorpora (com todos os sentidos possíveis desta palavra) não a identificação directa da matéria ou dos bens (ou o método para o realizar) mas o suporte que contém a informação. Em última instância, o acesso directo à informação (palpável) define a importância do inventário: ele permite provar, num universo marcadamente oral, a posse efectiva dos bens. Embora o humanismo dos séculos XV e XVI tenha despertado a consciência das elites para o património público (por oposição a um material, mundano, privado), ainda no primeiro quartel do século XVIII estava por despontar a noção do inventário ou *tombamento* do património enquanto bem público, comum, móvel ou imóvel⁷.

⁵ Embora centremos na figura do prelado – porque a ele se imputa a representação do espaço – não podemos deixar de referir os períodos de vacância (sobretudo no período pós-tridentino e no barroco) que constituíram épocas de alguma vitalidade, por exemplo. Logo à cabeça surge o período subsequente à morte de D. Nuno Álvares Pereira de Melo e a nomeação do débil D. Frei Manuel Coutinho (que nunca chegou a entrar na cidade tendo aguardado a morte na sua terra natal, Soure), quando o cabido, encabeçado pelo nobre Pedro de Távora e Sampaio, o poderoso arcebispo de Còa, chamou António Pereira e Nicolau Nasoni para executarem o novo projecto da catedral, como efectivamente fizeram. Não sem recuos, contudo, motivados por divergências entre os capitulares. Sobre este assunto ver Costa, 1987: 580-586 ss. e DIAS, Augusto – *Senhora dos Remédios. Nasoni em Lamego*. Porto: edições «Beira Douro», 1975. Sobre a «razão» desta *sede vacante* – devida à estratégia da Coroa para submeter a nomeação episcopal ao seu querer – , cf. PAIVA, 2006: 70.

⁶ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario portuguez e latino*, [...] pelo padre D. Raphael Bluteau. Coimbra: [no Collegio das Artes da Companhia de Jesu], 1712-1728. Letra I, p. 182.

⁷ Data de 1721 a famosa lei joanina sobre os «monumentos antigos», elaborada num contexto académico. De facto trata-se da primeira intervenção do Estado na regulação e defesa do património

Não obstante a pertinente definição setecentista, vem de muito atrás a utilização do vocábulo inventário, para materializar os propósitos actuais: o «levantamento minucioso dos elementos de um todo». O estudo de fôlego realizado sobre «o acesso à informação nos arquivos» (Ribeiro, 2003) refere, – fazendo uma análise que perscruta o âmbito e a circunscrição dos arquivos eclesiásticos (definidos como particulares) – o termo *enventairo*, aplicado em 1477 à entrega e contabilização de bens – «ornamentos, livros e outras cousas de que hê costume» (id. *ibid.*: 366) – ordenado pelo bispo D. Luís Pires ante o sínodo. Neste aspecto, a diocese de Lamego, em plena Idade Média, partilhava com as suas congéneres, toda a organização em termos de gestão de bens eclesiásticos, acolhendo o conjunto de normativas emanadas de disposições sinodais, documentadas desde, pelo menos o Concílio de Braga (561). Embora só agora despontem os estudos e levantamentos sistemáticos da documentação sobre as Chancelarias episcopais para o período medieval (como o de A. Saraiva, sobre o fundo da Sé de Lamego recolhido à Torre do Tombo)⁸ é certo que todas as dioceses apresentavam, entre si, formas similares de organização e sistematização da informação, fruto da proximidade e da similitude dos bens inventariados ou cadastrados. Disso são exemplo os tombos de bens e rendas, e os censuais ou leituários⁹, importantes por manterem actualizados (por traslados e acrescentos) os pagamentos decorrentes dos inúmeros tributos estabelecidos.

considerado passível de interessar à «glória Portuguesa», não só nas matérias concernentes à História Secular, mas ainda à Sagrada. Não obstante esta divisão entre o eclesiástico e o temporal, que merece ser realçada em termos historiográficos, nada aí apela para uma levantamento sistemático do património, se não, a sua recolha ou identificação, mercê do acaso ou de acções fortuitas.

⁸ Realce-se a edição do diplomatário da Sé, de 1296 a 1349, como o primeiro que se edita de uma catedral portuguesa (SARAIVA, 2003); e, por outro lado, como exemplo de estudo sobre a chancelaria lamecense no contexto das chancelarias episcopais medievais do norte e centro de Portugal: CUNHA, Maria Cristina Almeida e; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa e SARAIVA, Anísio de Sousa – «Régionalisme et innovation dans les chancelleries épiscopales portugaises au Moyen Âge: les cas de Lamego et Viseu». In *Actes du XVe Colloque du Comité International de Paléographie Latine "Régionalisme et Internationalisme: Problèmes de Paléographie et de Codicologie du Moyen Âge"*, série IV (Monographies) de "Veröffentlichungen der Kommission für Schrift- und Buchwesen des Mittelalters". Wien: Oesterreichische Akademie der Wissenschaften, 2008, p. 302-307.

⁹ Como o preâmbulo do *Leituário* do cabido lamecense especifica, este era o documento onde se anotavam as «lectuosas», ou ltuosas, imposto pago sobre a morte ou benefícios por alma, cf. COSTA; Avelino Jesus da, padre – «Ltuosas». In SERRÃO, Joel, dir., *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, s.d., vol. IV, p. 86. M. Gonçalves da Costa salienta o facto de terem desaparecido do arquivos capitular e da Mitra, o *Livro Dourado* e o *Beiqueiro* que constituíam espécimes codicológicos com interesse para o estudo da organização diocesana na Idade Média, cf. Costa, 1977: 3. De Lamego interessa realçar, como primeiro inventário censório e de bens, o referido leituário, anterior a 1282, cuja pública forma, feita em 1691, se conhece por transcrição de Alfredo



I. Período pré-tridentino

No início do século XV a Diocese de Lamego acrescenta à sua jurisdição as terras até então administradas por Ciudad Rodrigo¹⁰. Para Portugal significava o reforçar de fronteiras, para Lamego a submissão espiritual e económica de uma vasta área então socialmente e demograficamente relevante comparada com os dias de hoje – era zona de fronteira e de intercâmbios. É da mesma época a reorganização do espaço administrativo da diocese, decorrente desta dilatação territorial. Surge o arciprestado ou arcediogo enquanto nível intermédio entre a Mitra e as paróquias. Como se compreende, à medida que avança, no espaço geográfico, a reestruturação dos limites e dos respectivos organismos de superintendência diocesana, vai-se complexificando a máquina burocrática e administrativa que a gere, a partir da sede episcopal.

O final da Idade Média augura assim mudanças significativas por razões que conhecemos para o país, tanto a nível económico e social. Lamego, cuja importância vai aumentando no contexto episcopal português e ibérico, sente essa evolução e acompanha-a. O movimento que se inicia antes do concílio de Trento revela já um incremento considerável na burocracia eclesiástica e civil por via do papel crescendo do direito no quotidiano da sociedade, assim como consequência das transformações sociais, culturais e económicas que abrangem toda a Europa.

No que toca à produção artística, dentro do processo que caracteriza a evolução do românico e do gótico (este estilo com menor expressão no contexto diocesano de Lamego), destacamos sobretudo os objectos litúrgicos e cultuais que assumem cada vez mais uma importância religiosa e social congregante, sobretudo as imagens – profundamente sacralizadas e carregadas de temor simbólico. As cores, o mistério dos actos litúrgicos e a utilização de materiais nobres, como a prata e ouro, associados à presença de relíquias orgânicas e outros despojos sagrados acentuavam a

Pimenta – PIMENTA, Alfredo, leitura, transc. e notas – *Leituário da Sé de Lamego*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1962. Segue-se-lhe em importância e como documento privilegiado para a compreensão do espaço diocesano nas vésperas de Trento, o Censual que A. Almeida Fernandes transcreveu e anotou, datando-o da primeira metade do século XVI, cf. A. DE ALMEIDA FERNANDES (leitura, transc. e notas) – *Censual da Sé de Lamego (século XVI)*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense/Câmara Municipal de Lamego, 1999.

¹⁰ Sobre a bula *Eximie devotionis*, de Bonifácio IX (encontrada no espólio à guarda do Museu de Lamego), que determina a passagem dos territórios de Ciudad Rodrigo para Lamego, ver o trabalho de MARQUES, Maria Alegria – *Uma bula do séc. XV: pretexto e contexto*. In RIBEIRO, Agostinho e BRAGA, Alexandra, coord., *Museu de Lamego. Pergaminhos*. S.L.: Instituto Português de Museus, 2002, pp. 11-24.

importância e a necessidade dos objectos que então se podiam considerar verdadeiramente *sacros*. A escultura definirá, aliás, até aos dias de hoje, o património com maior expressão e já nos finais da Idade Média o seria – carácter eminentemente idólatrico que será apontado pelos reformistas protestantes no século XVI.

O conjunto dos bispos pré-tridentinos¹¹ com que M. Gonçalves da Costa abre o seu 3.º volume da *História da Cidade e Bispado de Lamego* é, no contexto do governo episcopal lamecense (ainda tão pouco estudado) um dos momentos a vários níveis importante para a inauguração de um novo período para a cidade e a médio prazo para a diocese. D. João de Madureira (1502-c.1513), não sendo, como as crónicas deixaram registadas, um bispo moralmente exemplar (veja-se Paiva, 2006: 120), trouxe a Lamego o melhor da arte do seu tempo – como prova a encomenda por ele feita a Vasco Fernandes¹². Em termos artísticos, portanto, ao finalizar a Idade Média entrava-se num período fecundo em realizações e na absorção de novos estilos, que os labores renascentistas da fachada remanescente da catedral gótica ainda testemunham.

¹¹ Embora fossem, na sua maioria, bispos inconstantes levaram a cabo reformas consideráveis a nível organizativo e institucional. D. Fernando de Menezes (1513-1540) promovera obras importantes no seu coto, mas gerira a diocese a partir da Corte, D. António Teles de Meneses (1579-1598) – embora mandasse reformar os estatutos capitulares, tendo sido grande patrono das freiras clarissas (que instalou nas Chagas e cuja instituição acumulou de bens) justificava, com certos achaques derivados do mau clima da terra, o seu afastamento de Lamego (cf. Costa, 1982: 53-54; sobre o acto de posse deste prelado, ver Paiva, 2006: 106-108). Com a transferência da capital para Madrid, dir-se-ia que a cidade entrou numa letargia motivada pelas ausências cada vez maiores dos bispos nomeados pelos Filipes: D. Jerónimo Teixeira Cabral (1613) ligado a uma das casas senhoriais da cidade – a casa do Poço – nem chegou a tomar posse da cátedra, tendo falecido no regresso de Madrid; D. Martim Afonso Mexia (1615-1619), «agente» de Castela, como faz notar M. Gonçalves da Costa (1982: 64-70) geria inúmeros cargos, na maioria de carácter político, e D. João de Lencastre (1622-1626) que, como recorda o mesmo autor (Costa, 1982: 73), «da sua breve estadia em Lamego, restam apenas duas referências». Sucedeu-lhe João Coutinho (1627-1635) nobre, de uma família dos donatários de S. Miguel dos Açores. De todos os da época filipina este bispo foi o que mais tempo geriu os destinos da sua diocese, mas pouco há assinalar sobre a sua acção como prelado lamecense. Com o material de que dispomos, nomeadamente os trabalhos e as fontes citadas por Marques (1988) e Costa (1982), dão-nos a ideia de uma época de estagnação – no que a ausência do prelado tinha um papel determinante. Quanto ao perfil, acção e contextualização dos episcopados nacionais (e os do Império), deve consultar-se o recente trabalho de PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, por onde seguimos as datas extremas dos episcopados lamecenses (p. 581).

¹² Veremos que, não obstante a ausência frequente de certos prelados, os que vinham ocupar a cátedra episcopal, ainda que por pouco tempo, traziam consigo o gosto e os meios ditados por uma proximidade à Corte ou segundo experiências colhidas no estrangeiro, sobretudo em Roma, como no caso de D. Manuel de Noronha.



O bispo que se seguiu a D. João Camelo de Madureira – D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (1513-1540)¹³ –, embora fosse um bispo itinerante, marcou presença através de uma atenta gestão como provam as suas missivas (Costa, 1982: 16) reveladoras da máxima atenção que dedica a Lamego e de que é testemunha a obra, por longo tempo incógnita, que Rui Fernandes, *tratador das lonas e bordates de el rei*, lhe dedica entre 1531 e 1532 e onde são descritas as benfeitorias que o antístite mandou executar no couto da Sé. Através deste panegírico vemos uma cidade dependente da economia local, ainda serrana, mas cada vez mais virada para o Douro¹⁴. Todo o tratado, perfeitamente enquadrado num tipo historiográfico que desponta no século XVI é, contudo, um apelo à lenta agonia económica que a cidade vinha sofrendo. Assim o inferimos das várias queixas que Rui Fernandes deixa registadas, como a que dirige contra os oficiais mecânicos, segundo ele responsáveis pela má gestão e pelo fraco desenvolvimento da urbe (Amândio Barros realça este facto na sua edição crítica do *Tratado*, cf. Barros, 2001: 17)¹⁵. Ainda

¹³ Braamcamp Freire realça a proximidade deste bispo à rainha D. Catarina de Áustria que, segundo ele, «sempre foi mais castelhana que portuguesa», e «via em Fernão d'Álvares [tesoureiro da Corte] e no Bispo de Lamego o seu livramento» – relações que o autor extrai da obra (sempre socialmente crítica) de Gil Vicente. Cf. FREIRE, Braamcamp A. – «Gil Vicente trovador, mestre da balança [IV]. *Revista de História*, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 7.º volume, n.ºs 25-28, ano VII (1918), pp. 6 e 7. Sobre o papel mecenático e interventivo deste prelado ver o artigo de SERRÃO, Vítor – «O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho, um mecenas do Renascimento na diocese de Lamego. In CASTRO, Ivo, NETO, Maria João e SERRÃO, Vítor, coord., *Propaganda e Poder. Congresso Peninsular de História de Arte*. Lisboa: edições Colibri, 2001.

¹⁴ O relato de uma cidade fervilhante, e de um aro, termo ou «compasso» fértil – que o tratado de Rui Fernandes descreve em minucioso traço, embora em tom apologético, deve ser levado em conta. Sobretudo (e Rui Fernandes faz questão de no-lo sublinhar) no que refere à população existente. O esvaziamento demográfico não havia desequilibrado ainda as relações sociais e institucionais. Zona de passagem, por excelência, cuja proximidade ao Douro favorecia a mobilidade de bens e indivíduos, a cidade de Lamego gozava, na primeira metade do século XVI, de alguma prosperidade, não obstante ter perdido certos privilégios – como o da feira franca – e o facto de «afastar-se», a passos largos, dos centros decisórios de poder. Perdia prestígio para as cidades da costa, por via da expansão, é certo, mas embora tal preocupasse os mercadores e homens de negócios da cidade, como Rui Fernandes, preocupava muito mais as elites e mesmo a estrutura capitular, a ausência do bispo – a que não será alheio o espírito cortesão que se desenvolve ao redor de alguns prelados, verdadeiros senhores cujo estado e casa definia a centralidade requerida para manutenção do poder simbólico e, conseqüentemente, do estatuto ou «hierarquia» do espaço geográfico.

¹⁵ Outrossim, o autor quinhentista faz notar que desde a extinção da feira de Santa Marinha a cidade perdera importância. Fora primeiro devido ao desleixo dos oficiais do ano da extinção e depois à concorrência «dos da Guarda» que retomado o mercado obtiveram o favor régio. No seu tempo «vinham muitos mouros de Arévalo e de Granada, os quais traziam especiarias de onde se abastecia todo o Reino por então não haver ainda trato da Índia» (cf. Fernandes, 2000). Tinha, pois, razão

que em tom laudatório, o cronista não deixa de mencionar uma das iniciativas de catequização do bispo, (aproveitando a difusão da imprensa?): a distribuição de folhinhas do catecismo por todas as paróquias do bispado. Talvez se deva também a este prelado a ordem para a feitura e reorganização do já referido Censual que Almeida Fernandes data da primeira metade do século XVI.

A. Saraiva faz notar, e bem, que «não são raras as notícias que nos chegam de deficiente preparação ou até mesmo de analfabetismo entre o clero diocesano e capitular» (cf. Saraiva, 2003: 161). Entenda-se porém que a Idade Média não constitui em Lamego, como noutros locais, período de retrocesso ou fixidez em termos de mobilidade, quer geográfica quer social. O acesso a canais de poder, fazia-se por estratégias que o referido autor estudou a nível episcopal e capitular. Lamego, como sublinha Rui Fernandes, estava muito mais próxima do centro europeu, via meseta castelhana (com que os seus limites confinavam), do que com as cidades do litoral português. A tendência para entendermos o poder de um ponto de vista físico, geográfico e não maleável ou socialmente imutável, prende-nos a anacronismos derivados da leitura da paisagem e da sociedade actuais¹⁶.

Todavia, ainda que M. Gonçalves da Costa cite a documentação do Vaticano para aferir um «extraordinário movimento de clérigos e outros que nos séculos XIV e XV frequentavam escolas superiores estrangeiras» (Costa, 1982: 253), tal movimento (que está por estudar) não pode, por si só, caracterizar um período fecundo a nível cultural. Há a definir, aliás, antes que prossigamos, em que plano se deve aplicar o termo *cultura* e como o entendemos aplicado ao nosso ensaio.

Sá de Miranda ao dizer que ao cheiro de canela o reino se despovoava. Seria o declínio económico da cidade acompanhado pelo crepúsculo cultural?

¹⁶ «Antes de 1494, o abade de Piães, Matias de Figueiredo, partiu para Roma a formar-se em decretos», anota M. Gonçalves da Costa. É certo que o autor se refere a uma abadia sustentada por um quase corpo capitular, como aquele que formava a Colegiada de Santiago de Piães, a qual, ainda no século XVI, ocasionava disputas simbólicas de poder e prestígio (cf. Costa, 1977: 444-445), mas o acesso às estruturas de saber, havendo os meios económicos para tal, não era mais difícil por via de uma *interioridade geográfica*. Aliás, como temos vindo a referir, não só o Bispo, pela sua presença, definia a centralidade do poder dentro de uma diocese. Outras instituições como as colegiadas, as comendas, as antigas e as emergentes casas senhoriais – arrogando-se dos seus direitos de padroado ou das estratégias para colocar em boas posições eclesiais os filhos segundos – e, no mesmo sentido, a ascensão das irmandades e confrarias leigas, determinarão a eclosão de pequenos centros que emanam poder e disputam autoridade. Sem contarmos com o Cabido que, não poucas vezes, disputava influência com a Mitra, teremos um universo de pequenos cosmos onde gravitavam toda a sorte de astros – panorama que não mudará com Trento, mas que será severamente coarctado sob a orientação de certos bispos.



Para o explicarmos vamos buscar as palavras de Jorge Dias, autor que, em boa hora, cita a expressão de Cícero – *cultura animi* – de forma a elucidar-nos sobre o verdadeiro sentido da expressão: «a acção que o homem exerce de si, por si e sobre si, visando uma auto transformação, ou seja o processo de evolução do espírito humano, a que podemos chamar o *processo de humanização do homem*»¹⁷. Este processo distingue-se no individual e no colectivo e, neste último – «carácter superorgânico e superindividual», como adianta o mesmo autor –, reside a nossa perspectiva. De que forma a acção da Igreja lamecense influi na modelagem ou da cultura e culturas locais e regionais, enquanto «sistema de ideias, padrões de comportamento», sendo ela própria um modelo da Igreja de Roma? Esta pergunta só pode ser respondida com estudos devidamente orientados para aferir do diálogo entre os vários estratos, ou divisões – que *cultura*, enquanto palavra e definição polissémica e transdisciplinar, pode garantir. Voltemos ao movimento cultural da Diocese de Lamego. O seu significado é diferente quando aplicado ao meios dos letrados, ou quando se refere às camadas sociais afastadas da produção da escrita. Avaliar graus de cultura, local e regionalmente, através do acesso de um grupo de homens a universidades e escolas portuguesas e (ou) estrangeiras pode revelar-se uma falácia. Mesmo a nível de instituições como o Cabido, ou mesmo a Mitra, onde até bastante tarde acederam indivíduos com formação deficitária, tal facto não mais nos revelam se não (como o confirmou A. Saraiva) estratégias clientelares ou nepotistas, pelas quais se pautaram grande parte das nomeações a cargos eclesiásticos até muito depois de Trento.

É assim que a diocese de Lamego se encontra quando por lá passam estes bispos reformistas, que o são sem efectivamente beberem das deliberações tridentinas. Cortesãos, – como refere M. Gonçalves da Costa no caso de D. Fernando de Menezes Coutinho –, imbuídos do espírito renascentista, e do gosto humanista que lhes correspondia, raramente despem a sua condição de nobres, alguns deles preparados para assumir uma carreira eclesiástica como simples alternativa a um percurso civil, nas letras ou nas armas.

Exemplo máximo do que acabamos de dizer foi D. Manuel de Noronha (1551-1569), agraciado aos 12 anos pelo Papa Leão X como o título de camareiro-mor. Sucedeu a um episcopado «menor», de um bispo modesto, – D. Frei Agostinho Ribeiro (1540-1549)¹⁸ – e, habituado a um ambiente de corte, não tardou a imprimir na

¹⁷ DIAS, António Jorge – «Cultura». In SERRÃO, Joel, coord., *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, Porto: Figueirinhas, s.d., pp. 253-254.

¹⁸ Como conjecturou A. Saraiva na sua intervenção (*Património documental e novos suportes de informação: o catálogo digital do Arquivo do Museu de Grão Vasco*) proferida no I Colóquio Regional de

paisagem de Lamego, o símbolo do seu poder e do seu gosto humanista. Definiu eixos de centralidade, a partir de novos templos que mandou edificar, favorecendo a geração de santuários marianos – com o intuito de, com imagens sagradas, cumular de importância espiritual e económica uma cidade privada de relíquias e corpos sagrados. Em 1561 celebra sínodo, do qual saíram constituições impressas (1563) e, em 1565, ratificou as deliberações conciliares de Trento a aplicar na sua diocese. Porém, a sua maior obra, em termos culturais e educacionais, foi a fundação de um colégio, consagrado a S. Nicolau, para o qual deixou inúmeros legados (Costa, 1982: 33-35). A criação de uma escola universitária na cidade de Lamego contribuiu para a polarização do ensino canónico a nível regional, mesmo antes das recomendações nesse sentido definidas por Trento. No que se refere a este concílio, mesmo sem nele ter participado, D. Manuel de Noronha devia estar atento e informado ao desenrolar dos trabalhos, tal a influência e os conhecimentos que tinha tanto na corte portuguesa, como na pontifícia.

As Constituições que mandou imprimir¹⁹ definem orientações muito claras, sobre a necessidade de uma boa gestão arquivística das paróquias e da própria sede episcopal, dividida entre os núcleos documentais da Mitra e do Cabido. Estava em causa o controle sobre os actos vitais da população, como o matrimónio e o óbito – actos eminentemente contratuais ou que envolviam transacções patrimoniais. Como tal, a legislação sinodal foca:

- os **arquivos paroquiais** (t.º III, 14: *que em cada igreja aja hu livro em que se escrevam os Baptizados, & padrinhos, & asi casados, & defunctos; t.º XX, 1, que a prata das igrejas se pese, & ponha em inventairo, & quem a guardara; t.º*

Arte e Património do Douro («Quanto Douro conhecemos?»), em Novembro de 2007, a partir da representação do selo de D. Frei Agostinho Ribeiro conservado no espólio documental daquela instituição museológica – os três cravos da crucificação –, talvez se deva a este prelado a encomenda da pintura retabular recuperada e estudada no decorrer do Inventário do Património Religioso móvel Lamego-Tarouca, intitulada «Lamentação sobre o Corpo de Cristo». Em recente entrada de catálogo Vítor Serrão (*In RESENDE, I, 2006: 148-152*) indica como cronologia de produção da obra a primeira metade do século XVI, atribuindo a sua encomenda ao episcopado de D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos. Mas a circunstância de tais objectos assumirem na composição da obra um lugar visivelmente proeminente, – nas mãos de José de Arimateia, quase ao centro da pintura –, levam-nos a aceitar a hipótese de A. Saraiva que assim afinaria a época de execução de tão notável importância histórica e artística para o período de 1540-1549. A propósito deste prelado, cf. Paiva, 2006: 310.

¹⁹ – *Constituições synodales do Bispado de Lamego, feitas pello... Senhor D. Miguel de Portugal, publicadas, e aceitas no synodo, que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639. e agora impressas por mandado do... Senhor D. Fr. Luis da Sylva...* – Em Lisboa : na officina de Miguel Deslandes, 1683. – [8], 644 p.

- XX, 2, que aja livro de tombo autentico em cada igreja, em quem se ponham os bées & propriedades della, & assi os dereytos & rendas que lhe pertencem; t.º XX, 4, que nas igrejas aja arca de escripturas em sejam metidas ellas, & o tombo; 5, que as escripturas que se tirarem da arca se torne a ella),*
- os arquivos das **colegiadas** (t.º XIII, 1, *que os raçoeyros venham fazer residencia, & da maneyra que se tera nam vindo; & em que tempo os iconemos tiraram suas cartas de iconemia, & quando serem espedidos, & que se escrevam no livro as cartas de iconemia; t.º XIII, 9, que nas igrejas de raçoeyros aja thesoureiro, & nas outras hua pessoa que tanje aas horas, & Ave Marias, & que feche a igreja, & faça o que a seu officio pertencer)*
 - e a própria **orgânica central**: (t.º IX, 4, *das matricolas, como & em que maneyra farám & guardarám; & das cartas das ordées, t.º XXXVI *Dos notayros, & escrivães, etc).**

Também em relação à gestão dos bens móveis, se estipula o cuidado na manutenção dos ornamentos. No título XIX – *Dos ornamentos do altar* –, constituição primeira – *Dos ornamentos e cousas que há de haver nas igrejas (...)* – ordena-se que «*aja em cada igreja do dito nosso Bispado as cousas seguintes, sem nenhuma dellas faltar. Altar firme & consagrado, ou pedra dara consagrada nelle, Retavolo pintado, ou imagem de vulto bem composta, toalhas pera ho altar, & pera dar a comunham & unçam, & Bacio pera se lavar: as quaes cousas nam servirão em outro uso (...)*». As pratas, particularmente cobiçadas – alvo principal de confisco em tempos de carestia –, constituíam objectos de suma importância pelo que a estratégia para a sua salvaguarda é alvo de minuciosa descrição. Deveriam ser descritas e pesadas, tendo em atenção as marcas de ourives de cada uma devendo, quem as inventariasse e as guardasse (tesoureiro ou na sua ausência pessoa idónea) registar todos os dados num livro que devia ser guardado em arca própria, devidamente acondicionada²⁰.

Embora variasse de Diocese para Diocese – conforme a sua dimensão e indivíduos ao seu serviço –, a organização em redor dos arquivos (e até no número dos mesmos), encontrava pontos em comum. Sobretudo no tocante aos cargos e às

²⁰ Sobre a publicação de ambas as Constituições (a de 1563 e a de 1683), e uma breve caracterização do episcopado de cada um dos prelados responsáveis pela impressão das mesmas cf. a entrada de catálogo de RESENDE, Nuno – «Constituições sinodais da Diocese de Lamego (1563 e 1683). In RESENDE, Nuno, coord., *O Compasso da Terra. A arte enquanto caminho para Deus*. Lamego: Diocese, 2006, vol. I (Lamego), pp. 244-251. Em anexo publica-se a lista (ordenada por nome próprio) dos participantes no sínodo de 1639.

funções destes. Ao tesoureiro (cujo papel se mimetizava desde o cabido à paróquia) cabia, desde a Idade Média, a guarda de alfaia litúrgicas, objectos sagrados e de eminente valor simbólico e material (como os relicários) e ainda a guarda dos livros respeitantes a contas da fábrica da igreja ou catedral. Inquiridores, contadores e distribuidores asseguravam a salvaguarda de bens materiais e simbólicos (como a pureza do sangue) e escrivães e notários serviam a Mitra e o Cabido conferindo legalidade aos actos num mundo cada vez mais dependente da escrita. Foi a um escrivão do auditório que D. José de Meneses (1685-1692) mandou, em 1686, fosse feito o inventário «de todos os papéis do cartório da Câmara Eclesiástica» (Costa, 1977: 4)²¹. Por este livro é possível reconstituir parte do referido cartório na sua composição anterior, aliás, àquela data, já que os documentos a que alude («devassas, visitas, colações, matrículas, justificações, doações, arrendamentos, etc., cf. *idem*, *ib.*) não se encontram nos fundos da actual Câmara Eclesiástica²².

Nas constituições mandadas imprimir em 1683 por D. Frei Luís da Silva²³ com base no sínodo de 1633, as disposições respeitantes à organização e arquivística e à vigilância sobre os bens patrimoniais, excedem em muito as de 1563. Dava-se cumprimento, em pleno, às orientações tridentinas, que D. Miguel de Portugal, ainda durante o reinado filipino fez executar e, como tal, estas novas deliberações sinodais manifestavam já o espírito organizativo e perscrutador quanto à liturgia, à moralização dos costumes e à organização ideológico-espacial que daquela data em diante orientou e condicionou em grande parte a vida pública e privada nas comunidades diocesanas – pelo menos até à progressiva perda de influência do direito canónico e à gradual laicização da sociedade.

Praticamente todos os livros que compõem as constituições de 1683 abordam questões derivadas da realização e conservação da documentação, produzida sobre o registo dos actos vitais e dos sacramentos, da colecta de dízimos, primícias, obla-

²¹ Sobre os ofícios apontados, na esfera organizativa e institucional tridentina local, ver Costa, 1982: 134 ss.

²² M. Gonçalves da Costa na introdução ao III volume da sua História, elenca com rigor a documentação perdida: «40 livros de colações de benefícios eclesiásticos, de 1523 a 1593, e ainda outros referentes aos 4 distritos da diocese; 9 livros de óbitos, capelas, confrarias, certidões e testamentos; 14 cadernos de cartas de curas e coadjutores, 9 registos de róis de confessados, de 1693 a 1705; “papeis extraordinários” de apresentação de benefícios e autos de casamentos; 44 livros dos patrimónios do bispado, ou das massas, de 1584 a 1705; devassas das visitas; 9 volumes de títulos de doações; 8 maos com cerca de 220 prazos da mitra, e 3 livros das arrematações das rendas», cf. Costa, 1982: 8.

²³ – *Constituições synodales do Bispado de Lamego, feitas pello... Senhor D. Miguel de Portugal, publicadas, e aceitas no synodo, que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639. e agora impressas por mandado do... Senhor D. Fr. Luis da Sylva...* Lisboa: [na officina de Miguel Deslandes], 1683.



ções e ofertas, do provimento de ofícios e demais rituais derivados da manutenção do culto sagrado. Na sequência das recomendações de Trento sobre a *invocação, veneração, e Relíquias dos Santos, e das Sagradas Imagens*²⁴, dá-se especial atenção às esculturas, composições e motivos iconográficos capazes de desviar a atenção do fiel do discurso normativo catequético que se impunha estabelecer doravante. E à semelhança de 1563, os materiais nobres, como o ouro e a prata chamam sobre si cuidados redobrados.

A restauração da independência apanhou Lamego numa letargia e prolongou-se pela cessação de relações que se seguiu à separação com Castela – quando os provimentos para a Mitra deixaram de ser reconhecidos por Roma. A época de ouro das dispendiosas empreitadas do flamengo Arnao de Carvalho e do já citado Vasco Fernandes (1506-1511), de Cristóvão de Figueiredo, Garcia Fernandes e Gregório Lopes (1533-34), da infância de Jerónimo Cardoso (n. 1508) – o «maior pedagogo português da língua latina no século de Quinhentos»²⁵ ligado aos clãs cristãos-novos da cidade que a conversão forçada pulverizara ou obrigara à fuga²⁶ –, tornara-se parte da memória de um tempo florescente. Os mosteiros de S. João de Tarouca e Salzedas – sobretudo este último – não obstante os períodos de flagrante má gestão ou em que a mão régia pretendia aproveitar-se dos seus réditos (como durante o reinado de D. João III), continuavam a assumir um papel proeminente num espaço diocesano fracturado pela fortíssima presença jurisdicional destes potentados e por

²⁴ IGREJA CATOLICA. Concílio de Trento, 1545-1563 [S.n.] – *O Sacrosanto, e ecuménico concílio de Trento em latim e portuguez / dedica e consagra, aos... Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana*, João Baptista Reyceud. Lisboa : [na Off. de Francisco Luiz Ameno], 1781.

²⁵ ALMEIDA, Justino Mendes de – «Jerónimo Cardoso, Figura Singular do Humanismo Português». In *Colóquio Internacional de Estudos Humanismo Latino na Cultura Portuguesa*. Porto, 2001 Disponível em http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C001_11.pdf. Desde 26/07/2008.

²⁶ Vários autores, desde Leite de Vasconcelos (*Etnografia Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1982, vol. IV p. 86 ss.) a M. Gonçalves da Costa (Costa, 1977: 460 ss.; 1982: 426 ss.), salientam a vincada presença judaica na cidade. Quando D. Edme de Salieu, visitador cisterciense em peregrinação pelos conventos portugueses e castelhanos e o seu redactor, Claude de Bronserval, passaram por Lamego, em 1533, no tom ácido da descrição que legaram, não hesitam em qualificar a terra como «cheia de judeus». Deu-se até a curiosa circunstância de D. Edme apenas ter conseguido guarida na casa de um recém converso. E acrescenta, queixando-se de ter encontrado, pela madrugada, uma única igreja aberta: «como aqui há muitos cristãos-novos, que o são por interesse de riqueza do que por devoção, essas pessoas não frequentam as igrejas», cf. BRONSERVAL, Claude de – *Peregrinatio hispânica (1531-1533)*, por Dom Maur Cocheril. Paris: Centre Culturel Portugais (F.C.G.), 1970, vol. II, pp. 568-587, trad. *apud* Serrão, 1977: 25. Interessante descrição que contrasta com o silêncio de Rui Fernandes, cronista que nesse mesmo ano, ou na transição para ele, nada diz quanto à presença dos judeus ou cristãos-novos na cidade. Seria, ou teria sido, a sua comunidade, (de onde, no reinado de D. João II saíra o emissário e espião José, sapateiro), florescente e determinante para a projecção económica da cidade?

intervenção senhoriais várias²⁷. Os primeiros prelados pós-restauração, estando à cabeça D. Luís de Sousa (1670-1677)²⁸, diplomata e cortesão, pareciam querer tomar nas próprias mãos o controlo de um bispado em suspenso desde D. Manuel de Noronha. O zelo tridentino começava a manifestar-se e abria as cortinas ao teatro sacro do barroco que já se exhibia perante a Europa central.

II. A Contra-Reforma²⁹ e o período Barroco

À medida que avança o espírito contra-reformista, complexifica-se e aumenta consideravelmente o volume de informação produzida. As já referidas inquirições *de genere* obrigavam a realização de frequentes processos, as visitas originavam devassas e processos judiciais a transitar pelo auditório eclesiástico e aos párocos era obrigados a transcrição, nos livros de visita, toda a sorte de pastorais, provisões, ordens e portarias. Como se calcula, com o aumento populacional, também os registos paroquiais (cada vez mais vigiados pelos visitantes) contribuíam para

²⁷ Já J. Veríssimo Serrão (1977) e A. Saraiva (2003: 46, nota 47) aludem ao facto de, em reinado de D. Dinis, a concentração da riqueza da diocese não provir da cidade de Lamego, mas das terras vizinhas: «32000 libras de décima eclesiástica provenientes dos mosteiros erguidos em terras do bispado, contra 5000 libras da mitra e da mesa capitular, cf. Serrão, 1977: 20.

²⁸ Sobre o gosto artístico e espírito cortesão deste bispo, diplomata de Portugal em Roma, entre outros cargos ver LEONOR M. VALE, TERESA – Las escultura barrocas italianas de los jardines de la embajada de España. Archivo Español de Arte, LXXIX, 314 (2006) 123-138 e o já citado trabalho de Paiva, 2006: 55, 209, 457, 462-463

²⁹ O responsável maior pelo espírito contra reformista é, sem dúvida, Frei Luís da Silva Teles (1677-1685). Provinha de origens mais humildes que os seus antecessores («bastardo da nobreza», para utilizar a expressão de Paiva, 2001: 247), mas singrara numa carreira que o colocou primeiro à frente da Mitra lamecense e depois como prelado das sés da Guarda e Évora. Do seu episcopado destacaríamos a reforma dos legados pios, capelas e templos, o provimento da sé com relíquias, ornamentos e outras benfeitorias, a catequização pela imprensa (através distribuição de folhinhas com o catecismo, de resto, como o fizera o seu antecessor D. Fernando de Menezes) e a publicação das constituições resultantes do sínodo que D. Miguel de Portugal mandara celebrar quarenta e quatro anos antes, em 1639. O estudo que J. Pedro Paiva elaborou sobre a gestão dos bens da Mitra durante o governo de Frei Luís da Silva, embora desmistifique a ideia de um prelado despojado (como asseguravam certas fontes, ainda que em tom panegírico, cf. Paiva: 2001: 246, nota 3) revela uma personalidade com profundo sentido caritativo e perfil de administrador, como prova o *Recibo e despesa do illustrissimo senhor bispo de Lamego*, que o referido historiador analisou e cuja informação sistematizou. No topo da lista de despesas estavam as esmolas (35%) e os gastos correntes com a administração da diocese (18%), cf. Paiva, *op. cit.*. Sobre a sua acção como prelado reformador, ver Costa, 1982: 122 ss.



este processo de construção de informação – hoje repleto de falhas, quando não mesmo de extensíssimas lacunas³⁰.

O século XVIII constitui, a vários níveis, o período mais fecundo em acumulação documental e produção artística. Aliás, temos tentado, neste ensaio, estabelecer o diálogo entre ambos: um é decorrente do outro, um complementa o outro. Não só a Contra-Reforma imprimiu a necessidade de controlo social e ideológico através da escrita, como através da imagem – nestes dois eixos se define a evolução da Igreja depois de Trento.

Como a presença de determinados antístites na cidade, dependendo da sua condição, proveniência social e formação, determinou períodos e focos ocasionais de criação, renovação artística e mudanças ao nível de estruturas e comportamentos, também a presença de letrados oriundos desta urbe, do seu termo e de outros locais do bispado, pode significar, entre outras coisas, uma conjuntura económica favorável que indiciasse o acesso à instrução e a carreiras das letras por certos grupos sociais (embora não defina, necessariamente, período culturalmente fecundo, como já referimos). De fora fica a percepção sobre a restante sociedade. Escrevia Francisco Rodrigues Lobo, em 1630, que, quem buscava as escolas «ou são filhos segundo e terceiros da nobreza do Reino que, por instituição dos morgados de seus avós, ficaram sem heranças e procuravam alcançar a sua pelas letras; ou são filhos dos homens honrados e ricos dele, que os podem sustentar com comodidade nos estudos; ou religiosos escolhidos nas suas províncias, por demais habilidade e confiança para as letras»³¹. Uma minoria, portanto. Como qualificar e contextualizar estes indivíduos na dimensão cultural diocesana: agentes? Subjugados ou dominadores?³² E os restantes, a massa anónima – participava, ou não, do «processo

³⁰ Como veremos mais adiante, só com recurso a um paciente e complexo processo de cruzamento de informação poderemos recriar os fundos originais das várias instituições que estruturam o Bispado de Lamego antes do século XVIII. A destruição e o desaparecimento de documentação nos séculos XIX e XX determinaram a quebra da orgânica e a separação forçada de fundos e núcleos vitais para o encadeamento cronológico e a compreensão da dinâmica organizacional da Diocese. Sobre este aspecto veja-se o já citado Costa, 1997: 3 ss.

³¹ Cf. LOBO, Rodrigues Francisco – *Corte na aldeia, e noites de Inverno*. Lisboa: [por Pedro Craesbeeck], 1630, diálogo 16.

³² Refere J. Veríssimo Serrão que, «a valia do bispado dava origem a que os clérigos mais dotados seguissem, nos séculos XIII a XV, para os Estudos gerais do estrangeiro, em busca de graus universitários» e, mais à frente, acrescenta: «a leitura do *Chartularium* da nossa universidade [Coimbra] mostra um número imenso de licenciados, bacharéis e estudantes da diocese de Lamego que assistiram depois na Sé ou paroquiaram aldeias desta região eclesiástica». Sem números concretos, porém, não podemos avaliar devidamente a presença e a influência de tal capital humano e intelectual (do clero secular e regular), que, obviamente, contribuiu para o desenvolvimento e organização das

de humanização», ou era-lhe indiferente? A participar naquele, como se registou a sua contribuição – a qual não sendo escrita, ou (pelo menos) totalmente registada pelas fontes produzidas pelos primeiros –, onde pode ser colhida? Põe-se aqui a questão ou a problemática, sempre premente, sobre a classificação de uns e outros, à luz da História, da Etnografia e da Sociologia: cultura popular, cultura erudita? Embora seja da nossa preferência a substituição de *popular* por uma denominação que qualifique, não um conjunto amorfo de indivíduos «particularizado pelas suas condições de produção, circulação e consumo»³³, mas antes as tácticas e estratégias para resistir ou submeter o outro³⁴, não podemos deixar de abordar cada uma das posições. Cada um deles teve influência, ora na produção artística, – derivada de mundividências locais, resistências e produtos de aculturação –, ora na própria estruturação orgânica da diocese, que se manifestará, por exemplo na divisão da mesma em espaços mais facilmente controláveis: os distritos eclesiásticos. No século XVI eles constituem a nova grelha, não descentralista é certo (posteriormente experimentada nos arcebispos)³⁵, mas a verdadeira concretização espacial das normativas tridentinas³⁶.

instituições, nomeadamente das paróquias ou da sua terra de origem. Outros foram exercer o seu mister fora da diocese, sobretudo quando a Expansão sorvia homens, ofícios, experiências. Disto é exemplo o jesuíta António da Fonseca que tendo nascido em Lamego em 1663 terá acompanhado o padre António Vieira no seu regresso ao Brasil em 1681. Foi notável farmacêutico, cf. LEITE, Serafim – *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa: edições Brotéria, 1953. Também pela simples leitura das Memórias de 1758 podemos avaliar do grau de instrução e cultura dos párocos e da forma como alguns se distinguem na percepção do «mundo» que encabeçam. Mas só com estudos prosopográficos e metodologias similares podemos penetrar no espaço de influência destes homens, uns mais cónscios do papel de pastores, outros de simples assalariados da Igreja.

³³ C[hartier], R[obert] – «Popular». In LE GOFFE, Jacques *et alli*, dir., *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990, pp. 514-515.

³⁴ Como refere Robert Chartier, *op. cit.*: «daí a emergência de formas complexas: a religião dos clérigos folcloriza-se tacticamente, alterando-se a cultura folclórica sob o peso das normas clericais». Processo dinâmico, portanto, que rejeita modelos como *popular* e *erudito*.

³⁵ J. Veríssimo Serrão chama descentralização religiosa ao facto da riqueza «estar espalhada por toda a dioceses», isto é, «por um conjunto de mosteiros e igrejas que, em muitos casos, dispunham de mais rendimentos que a própria Sé lamecense», cf. Serrão, 1977: 20 Não chamaríamos *descentralização* a tal situação – que ultrapassará as fronteiras da Idade Média –, pelo menos no sentido que temos vindo a referir, do de centralidades e periferias definidas a partir do poder presente ou ausente. Cada mosteiro definia-se como epicentro de poder, mas trata-se de poderes diferentes (embora comungando das mesmas orientações religiosas) que, não poucas vezes, se digladiam.

³⁶ Falamos de uma organização geográfica e espacial, no referente ao controlo dos espaços sacralizados. Sobre estes e como as visitas pós-tridentinas influíram na sua gestão, ver o artigo de Vítor Simões Alves sobre a vizinha diocese de Viseu: ALVES, Vítor Fernando da Silva Simões – «Mecanismos de

As visitas que os prelados empreendem às paróquias tornam-se mais frequentes e o poder «move-se», arrastando consigo toda a *entourage* física e simbólica que pretendia moralizar e firmar a ordem e exhibir o governo do pastor modelado por Trento – para assim chegar aos locais mais remotos, onde os seus habitantes, em séculos de cristianização, apenas haviam conhecido o pároco e os colectores das rendas, – como aquelas «pessoas rústicas, bravas e indomáveis» que Frei João de Mansilas encontrou no Montemuro em 1486 (cf. Costa, 1977: 39). A mesma serra, aliás, que, às portas de Lamego, parecia evidenciar um outro mundo, segundo atinente descrição de Rui Fernandes apenas meio século depois.

Os bispos pós-tridentinos e os do barroco foram responsáveis por uma notável promoção da diocese. Na sua maioria bispos presentes, provinham da primeira linha da nobreza nacional. De um conjunto de 7 prelados, focaríamos, pelo seu papel cimeiro D. Nuno Álvares Pereira (1710-1733)³⁷, da Casa de Cadaval; D. Frei Feliciano de Nossa Senhora (1742-1771)³⁸ e D. Manuel de Vasconcelos Pereira (1773-1786)³⁹.

Controlo Social da Igreja nas Sociedades Rurais – O Bispado de Viseu no Antigo Regime». In *Actas das Primeiras jornadas de História Moderna*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, vol. II, pp. 653-666.

³⁷ D. Nuno Álvares Pereira deu atenção à fiscalização, provimento de cargos e estado dos templos. Lançou pragmáticas sobre os costumes dos clérigos, que deviam pugnar pelo exemplo de hábitos correctos ante os fiéis e encabeçou inúmeras visitas, fazendo valer os direitos da diocese nos casos relativos a irmandades e confrarias, «por serem consideradas instituições eclesiásticas» e não do domínio civil, como pretendia a corregedoria (cf. Costa, 1986: 39). A sua fortuna pessoal (ferozmente cobiçada pelos familiares, aliás) financiou várias obras e benfeitorias na diocese, como provam os espécimes ainda resistentes, ao nível de paramentaria e ourivesaria, ora à guarda do Museu de Lamego, ora do Cabido lamecense – sobre um conjunto de sacras e píxide, obra do ourives Tomás Correia, possível encomenda e oferta de D. Nuno à sé lamecense, ver o artigo de BRAGA, Alexandra – «Píxide». In RESENDE, Nuno, coord., *O Compasso da Terra (...)*. Lamego: Diocese, 2006, pp. 208-210.

³⁸ D. Frei Feliciano de Nossa Senhora encabeçou um dos mais longos episcopados da história da Diocese, de tal ponto que M. Gonçalves da Costa não hesita em dividi-lo em duas fases: uma mais activa, caracterizada por uma intensa actividade pastoral e artística (provam-no as grandes obras da sé que só viriam a ser sagrada em 1776); e uma segunda fase talvez coarctada pelo crescente poder regalista (cf. Costa, 1986: 53).

³⁹ D. Manuel de Vasconcelos Pereira não pertencia à alta nobreza do reino, provinha das elites terrenas, de Castro Daire, Alvarenga, Cinfães e Lamego (Lazarim). Talvez uma certa consciência deste estatuto de «filho da terra» determinasse que, para além de antístite cuidadoso e esmoler, tenha deixado vasto legado material, perpetuando a sua memória em inúmeras construções que se não resumem a património de carácter religioso, como a igreja de Cinfães ou a catedral, que sagrou. Entre o rol de obras que patrocinou ou para as quais terá contribuído materialmente ou por influência directa, contam-se os paços episcopais de Lamego e Trevões, a ponte sobre o Paiva, em Alvarenga, o solar de família em Castro Daire entre outros. Consciente do seu estatuto, quis associar

Os três contribuíram, com espírito mecenático, para a edificação de uma diocese nacionalmente relevante, prosseguindo com zelo a reforma de Trento e acalutando a introdução do barroco nas suas diversas vertentes artísticas e culturais, governando a partir de uma cidade que já se impunha como destino maior entre as catedras episcopais portuguesas.

Não só em legado material se distingue este período. Nos campos da historiografia e memória, Lamego aproxima-se – também pela mão dos seus bispos – aos movimentos de uma Corte na alvorada iluminista. De facto o bispo D. Luís de Sousa (1668-1677)⁴⁰ era tio paterno (por via ilegítima) de D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), um dos fundadores da Academia Portuguesa da História, por onde passou também Diogo Barbosa Machado (1682-1772), autor da *Biblioteca Lusitana*, que iniciou o seu percurso eclesiástico pela paróquia de Alvarenga. Era, contudo, D. Nuno Álvares Pereira titular da cadeira episcopal, quando a novel academia resolveu empreender a história eclesiástica das dioceses portuguesas. A Lamego coube por historiador o Padre António Reis, (o qual, como Augusto Dias narra, não completou o trabalho) sucedendo-lhe o cosmógrafo Luís Francisco Pimentel que apenas moveu esforços para corrigir as coordenadas geográficas da diocese! (cf. DIAS, 1950: 11-27). Surge então, por esta época, um trabalho monográfico, de mão anónima, que A. Dias logrou designar de 547 – número apenso à obra assim arquivada no acervo dos reservados Biblioteca Pública Municipal do Porto, proveniente do espólio de D. João de Magalhães e Avelar, bispo do Porto. Trata-se de um manuscrito que parece ter sido redigido na viragem do primeiro para o segundo quartel do século XVIII. Narra a história da cidade e termo de Lamego, tal qual o autor (ligado a Arneirós) a conheceu. Augusto Dias sugere que a obra terá sido encomendada, ou pelo menos acalentada, por um dos Bispos de então. Talvez coubesse tal papel a D. Frei Feliciano (prelado sob o espírito do movimento reformista da jacobina, cf. Paiva, 2006: 507 ss.), sob cujo episcopado foi lançado o famoso inquérito de 1758, que teve, entre vários objectivos, o de obter uma radiografia do país, em termos de sociedade e demografia, depois do Grande Terramoto. As memórias que

o papel de Bispo ao de nobre, de que são prova os inúmeros exemplares de brasões espalhados pela diocese, associados às construções que apadrinou, cf. Costa, 1986: 71.

⁴⁰ A quem podemos, verdadeiramente imputar o papel de primeiro bispo tridentino. Visitou os lugares mais isolados da diocese – não obstante a sua origem e hábitos cortesãos –, preparando assim a entrada para o período de consolidação do poder episcopal, a uma progressiva burocratização das instituições diocesanas, à fiel (ou pelo menos mais incisiva) aplicação das normas canónicas e a um processo contínuo de catequização e evangelização, caracterizado por períodos menores entre visitas e por um controle mais apertado sobre o *modus vivendi* e formação dos clérigos.

foram remetidas escrupulosamente por ordem régia e firma pombalina mostram já o novo entendimento sobre a História e abrem uma janela para o novo tipo de monógrafos que marcarão a historiografia local e regional portuguesa até ao século XX: os párcos-memorialistas. Deve-se, aliás, a um abade, D. Joaquim de Azevedo, e depois a um cônego da Sé de Lamego, (Dias, 1950: 27, diz tratar-se Manuel Agostinho Barreto, bispo do Funchal) a execução da protelada História Eclesiástica, iniciada a pedido de D. Manuel de Vasconcelos Pereira (*cf. notícia da obra*, Azevedo, 1877: 5).

O final de setecentos, com toda a conjuntura bem conhecida, significa assim o canto do cisne de um ambiente cultural que apenas será recuperado no século XX, depois de um longo período de crises e embates que a Igreja de Lamego, como as suas homólogas, nacionais, sofrerão por via, primeiro do avanço do regalismo do consulado pombalino⁴¹ e depois da galopante laicização da sociedade – que poderia ter resultado num processo pacífico de acomodação e reestruturação não fossem os momentos particularmente marcados por discursos anti-clericais e táticas agressivas e ideologicamente pro-destrutivas. Não obstante a vida ter prosseguido com a regularidade exigida, os anos que se seguiram às Invasões Francesas e acompanharam o período de guerra civil, impossibilitaram o enriquecimento material e cultural, dando azo a situações irregulares, como a subtração de objectos nobres, imagens e pinturas, que começavam a saciar o gosto por um coleccionismo nacional e estrangeiro.

Mas a «hecatombe» deu-se verdadeiramente com o decreto de extinção das ordens religiosas de 30 de Maio de 1834 e com a amortização dos seus bens, rapidamente vendidos em hasta pública, em grande parte arrematados a apaniguados políticos, para obtenção de lucro rápido necessário ao novo regime. Colocando na rede paroquial⁴² e no «mercado» milhares de objectos litúrgicos e de carácter sagrado, o Governo liberal ditou a destruição de um número ainda hoje desconhecido de bens móveis, documentos e conjuntos bibliográficos⁴³, abatendo linhas contínuas

⁴¹ Sobre este período e sobre os prelados que ascenderam às cátedras nacionais no período pombalino (e a sua relação com o poder), contando-se entre eles, os bispos D. Nicolau Cunha Trel Manuel (1771-1772) e D. Manuel de Vasconcelos Pereira (1773-1786), ver o artigo de PAIVA, José Pedro – «Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino». *Penélope*, n.º 25 (2001), pp. 41-63.

⁴² O clero regular, cada vez mais desprovido de rendimentos e meios com que pudesse engrandecer a liturgia e os templos viu certamente com bons olhos a redistribuição do espólio artístico e bibliográfico pelas paróquias depauperadas.

⁴³ «Com o liberalismo a Igreja foi despojada dos seus bens patrimoniais e, consequentemente, dos seus cartórios. Grande parte deles deu entrada, ao longo do século XIX, no Arquivo da Torre do

de produção e conhecimento artístico e forçando a dessacralização de objectos e espaço. Mais do que incidir sobre o aproveitamento económico e imobiliário, o decreto de 1834 define, mesmo sem querer, o novo entendimento sobre a arte até então ao serviço de Deus: força a sua dessacralização, seguindo, por um lado, uma necessidade político-ideológica e, por outro, acompanhado a crescente laicização reflectida na satisfação de novos gostos artísticos que já requestavam certas camadas da sociedade europeia – as mesmas que construíam novos entendimentos sobre as novas «artes» e o seu papel no século dito civilizador.

É aqui que devemos considerar a divisão entre *arte sacra* e arte religiosa, ou arte de carácter espiritual. A arte sacra está ao serviço do culto, dinâmico, vivo, não podendo ser entendida (nem designada) da mesma forma quando em contexto museológico (mesmo temporário) ou quando é desprovida da função para a qual foi criada. Trazemos para esta discussão a perspectiva Heideggeriana. O filósofo, «chocado» [sic] com a afirmação do historiador de arte Theodor Hetzer sobre a Madonna de S. Sisto não pertencer a nenhuma igreja, retorquiu numa observação agudíssima:

«Isto, que pensado esteticamente está certo, carece, porém, de verdade autêntica. Onde quer que esta imagem venha a ser “instalada”, aí terá perdido o seu sítio. Fica-lhe vedado o desdobrar da sua essência própria de modo originário, quer dizer, o determinar ela própria esse sítio. Alterada na sua essência como obra de arte, a imagem extravia-se no alheio. Este alheio não chega a ser reconhecido na representação museica [ou museológica], que conserva a sua própria necessidade histórica e o seu direito. A representação museica situa tudo ao mesmo nível na uniformidade da “exposição”. Nesta apenas há lugares, não há sítios(...) A Madona Sixtina pertence àquela igreja em Piacenza não em sentido histórico-antiquário mas pela sua essência como imagem. De acordo com esta, a imagem aspirará sempre a ir para lá.»⁴⁴

Tombo. Com o advento do regime republicano, ocorreu um novo surto de incorporações de cartórios eclesiais nos arquivos do Estado: Torre do Tombo e seus anexos (Arquivo dos Registos Paroquiais e Arquivo das Congregações), arquivos distritais – que surgiram a partir de 1916 – e outros arquivos e bibliotecas públicos», cf. Ribeiro, 2003, I, 354. Sobre a «sorte» dos cartórios conventuais de Lamego, na sua maioria destruídos por incêndios depois da sua trasladação, ver Costa, 1977: 4-5.

⁴⁴ M. HEIDEGGER *apud* – Borges-Duarte, Irene – «A Arte como epifania». *Filosofia*, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Filosofia, nº 3 (1989) pp. 75-76. De resto, na mesma linha de pensamento, o temos referido em várias intervenções, entre elas, a introdução ao catálogo *O Compasso da Terra*, cf. RESENDE, 2006, I: 14-17.



Com o liberalismo, a arte acompanhou a dessacralização forçada (não falamos em profanação, cujo sentido permanece, acompanhando o Sagrado) da consciência colectiva. Não alcançou a destruição dos ídolos em momentos que têm marcado a História da relação do Homem com os deuses, mas contribuiu para arrancar, com furor, da vivência humana, o sentido de epifania que lhe havia sido concedido na criação artística e na sua contemplação ante a imagem – «o aparecer do jogo tempo-espaço como sítio onde o sacrifício da missa é celebrado» parafraseando o mesmo pensador. O nascimento do Museu foi, assim, para a arte religiosa, o fim da sua essência expresso na deslocalização do objecto e do próprio sentido da História – daquele e de todo o complexo universo que o construiu e que dele dependeu.

III. O Liberalismo e o século XIX.

À medida que o cenário de instabilidade emanado da Revolução Francesa invade a Europa e afronta o poder Papal, também a Igreja se junta às trincheiras. Luta pela manutenção do poder, contra a perda de privilégios e contra a morte do sagrado – o inimigo está lá fora, mas também dentro, quando a guerra civil traz para a geografia uma luta de irmãos, como em Portugal.

Os bispos lamecenses não serão indiferentes a tais lutas, como provam as circulares, pastorais, ordens e avisos que correram as paróquias entre finais do século XVIII e meados do século seguinte. À investida napoleónica, que D. João Binet Píncio enfrentará com diplomacia (novamente o prelado a sobrepor-se às entidades civis municipais), segue-se o período conturbado em que a Corte se muda para o Brasil e se sucedem governos instáveis. O bispo, não obstante o panorama descrito, prossegue na regular administração diocesana, como provam, aliás, as visitas regulares que continua a efectuar⁴⁵.

Entre, por um lado, o apoio ao tradicionalismo miguelista e, por outro, ao liberalismo conotado com a maçonaria que Leão XII anatematiza em 1826⁴⁶, a

⁴⁵ Entre 4 de Dezembro de 1787 e 19 de Junho de 1822 empreende um número de 5 visitas à paróquia de Ferreiros de Avões, cf. ADV (Arquivo Diocesano de Lamego), mç. *Visitações, Ferreiros de Avões* » [1686-1832].

⁴⁶ A título de exemplo veja-se a transcrição da Bula deste pontífice nos Livros das Visitações da Gralheira, em 1826, e a missiva de António Teixeira Cardoso de Menezes (datada de 4-9-1832) exaltando o reinado de D. Miguel e repudiando as remetidas liberais, bem como as sociedades secretas que ameaçavam a ruína do trono e do altar e apelando à censura dos livros que contenham doutrinas opostas «a nossa crença», cf. ADL, mç. *Visitações, Gralheira* » [1788-1831]. António de Menezes, Vigário Capitular e Provisor Geral do Bispado era simpatizante de D. Miguel, como esclarece Costa, 1975: 111.

força do clero e dos prelados exaure-se, ora pela pressão contra a própria Igreja, ela própria dividida, ora pelo enfraquecimento das instituições religiosas – muito embora a Santa Sé, num gesto diplomático, declare, em 1831 (pela constituição apostólica *Sollicitudo ecclesiarum*, de 5 de Agosto desse ano), a sua neutralidade face à contenda interna portuguesa. Todavia é impossível negar o «partidarismo» dos prelados⁴⁷. Ao longo episcopado de D. João Binet, seguiu-se o de D. José de Jesus Maria Pinto (1821-1826) cuja simpatia pelo liberalismo lhe chegava por família⁴⁸. Este não vacilou em pronunciar-se publicamente a favor da Constituição como refere M. Gonçalves da Costa, que lhe defende a posição, dizendo que tal acto emanava de quem «acima de tudo buscava a harmonia entre irmãos».⁴⁹

Ao longo do século XIX a cátedra episcopal viu passar homens discretos, funcionários zelosos de uma Igreja cada vez mais dependente do poder civil (Costa, 1975: 111 e id., 1990). Também o sangue já não influía como requisito de acesso à prelatura – a heráldica episcopal vai sendo mais o espelho de uma terminologia sentimental e espiritual própria do que a simbólica de uma ascendência nobre. Com esta mudança, alteram-se gostos que outrora definiram episcopados mecenáticos e empreendedores. Não obstante, a cidade continuou a rever-se no seu prelado como expressão máxima de um espaço geográfico homogêneo fundado à sombra da catedral (apesar de certos arrimos da política local cada vez mais aberta a espíritos laicistas) e, depois, de uma frustrada tentativa, em 1832, de sobrepor uma circunscrição distrital aos limites da diocese, o Estado chegou a ponderar, em 1869, a hipótese de extinção desta última – algo que, contudo, não veio a acontecer (cf. Costa, 1990: 319 ss.)

Deve realçar-se, porém, que a segunda metade do século, aproveitando o estímulo económico e de apaziguamento social que vinha da Regeneração, a diocese conheceu um período de prosperidade cultural, como refere M. Gonçalves da Costa, ao redigir a História do Seminário de Lamego – então em plena laboração, com

⁴⁷ A propósito deste apartidarismo ou consciência ideológica, M. Gonçalves da Costa disserta na introdução ao capítulo XI do seu livro *Lutas Liberais e Miguelistas em Lamego*, cf. Costa, 1975: 111.

⁴⁸ Era seu sobrinho António Manuel da Silva Pinto de Abreu, da casa do Revogado, em Oliveira do Douro, Cinfães, afamado liberal. No arquivo desta casa, hoje propriedade da fábrica da catedral lamecense, existem algumas cartas de D. José Maria Pinto aos seus familiares de Cinfães.

⁴⁹ Cf. COSTA, M. Gonçalves da Costa – *Lutas liberais e miguelistas em Lamego*. Lamego: [edição de autor], 1975, p. 18. Sucedeu-lhe Frei José da Assunção, franciscano de Varatojo que se entregou à causa absolutista, chegando ao ponto de ceder o paço episcopal a apoiantes de D. Miguel. Sentindo a ameaça das milícias que apoiavam D. Pedro pôs-se em fuga na noite de 11 para 12 de 1834, tendo passado o resto dos seus dias no anonimato. Do governo deste bispo passou-se a *sede vacante*, não menos politizada.

um número de alunos que servia o provimento das paróquias. O seminário estava «dotado de biblioteca própria, de livros impressos, e do cartório do cabido, transferido para ali dos claustros da sé em Julho de 1882 (sublinhado nosso, cf. COSTA, 1990: 380). Por esta instituição passou o Dr. Pedro Augusto Ferreira (1858), futuro abade de Miragaia e continuador do *Portugal Antigo e Moderno* e, em 1877, saiu a edição impressa da primeira monografia histórica sobre a Diocese, ampliada sobre um trabalho inédito do século XVIII, como já referimos. Um crescente gosto pela exposição e pelo estudo da arte, nomeadamente a arte religiosa, marcou também o panorama cultural português desta época – impulsionado pela própria corte, que teve em D. Fernando de Saxe Coburgo a expressão de um gosto estrangeiro pela produção artística nacional. Recordemos que foi sob a sua égide e protecção que em 1882 se organizou a *Exposição retrospectiva de arte ornamental Portuguesa e Hespanhola*. De todo o país, inclusive da Diocese de Lamego, seguiram para Lisboa objectos da mais vária espécie a integrar uma exposição sem precedentes no contexto museológico português de então⁵⁰.

IV. República: laicização e novas sacralidades.

A entrada da diocese de Lamego na República faz-se pela mão de um respeitado académico que provinha de um notável governo episcopal nos Açores, o qual, com um percurso habituado aos confrontos com a política de Lisboa, imprime um dinamismo candente ao princípio de século na cúria lamecense. Falamos de Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito (1901-1922) que lançou as bases para a criação do Museu Regional, em cujas mãos parecia entregar-se o destino da salvaguarda e promoção artística diocesana, após a revolução republicana. O mesmo não se pode dizer do espólio documental que foi espartilhado por uma legislação menos interessada com a memória e mais com o controle da informação, com intuitos claros que visavam a diminuição do poder eclesiástico na sociedade portuguesa⁵¹.

⁵⁰ Cf. o catálogo que resultou desta exposição: S.a. – *Exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e espanhola*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882. Entre as várias peças particulares e à guarda da Igreja que procediam de Lamego, contava-se uma custódia de Trevões, peça em prata dourada e esmaltes, de refinado lavor que foi integrada no acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, cf. RESENDE, Nuno, org. – *A Montante do Tempo. Exposição de arte sacra das aldeias vinhateiras* [catálogo]. Lamego: Diocese, 2006, p.15-16.

⁵¹ M. Gonçalves da Costa divide-se entre o apoio e as críticas à «revolução maçónica de 1910». Se, por um lado, enaltece o facto de Lamego ter visto «salvas as suas maiores fontes documentais, que são os cartórios da Mitra e do Cabido» os quais, «confiscados e encaixotados após a revolução de 1910, vieram a entrar finalmente na Torre do Tombo» (Costa, 1977: 3), por outro, critica

Depois da nacionalização dos bens da Igreja, por decreto de 20-4-1911, os prelados lamecenses viram-se forçados a adoptar novas estratégias de reorganização administrativa e institucional. Cada vez menos preocupados com um património que, ou tinham perdido (e tentavam reaver num plano meramente político e numa perspectiva económica, como os passais e o património afectos a associações culturais ou para-religiosas) ou não podiam manter, os bispos de Lamego, à semelhança dos seus congéneres, preferiram aceitar de bom grado a passagem de inúmeros bens móveis para a alçada dos Museus⁵² e do próprio Estado.

Fosse pela já referida proximidade de poderes locais, fosse pela legislação lenitiva do Estado Novo que foi sarando as divergências entre a Igreja e o Estado, o certo é que, não obstante a Diocese de Lamego ter sido sumamente lesada pela confiscação de bens, o Museu Regional de Lamego, criado por decreto de 5-4-1917, não tardou a assumir-se como o braço direito desta instituição na promoção do património religioso. O seu primeiro director, João Amaral, que marcou o panorama artístico e literário lamecense até ao 3.º quartel do século XX, foi o obreiro dessa relação paralela entre a Igreja e o Estado, não obstante, no resto do país, continuar a existir uma tensão latente entre ambos⁵³. As exposições realizadas sob a alçada

severamente a legislação republicana dizendo que esta «saldou-se (...) em verdadeira catástrofe do ponto de vista cultural, tanto por haver injustamente expoliado [sic] as instituições eclesiásticas dos seus cartórios, quanto por nem sempre ter tomado as medidas mínimas indispensáveis para evitar a sua depredação e destruição» (Costa, 1982: 275). Não obstante terem dado entrada, na Torre do Tombo, «4 remessas, num total de 254 códices» dos arquivos da Mitra e do Cabido cabe dizer que todo esse espólio data do período medieval – o que mais interessava, em termos de valor histórico e material, aos executores do decreto de 1911. O restante permaneceu em Lamego, onde ainda se encontra, qualquer intervenção ao nível de conservação e inventário.

⁵² Na sequência do decreto de 21 de Abril de 1911 (cf. *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, cap. IV «Da propriedade e encargos dos edifícios e bens, art.º 63.º»), foi executado um *Auto de arrolamento e inventário* dos bens da Mitra lamecense, que Costa (1982: 141) refere, em nota. A transferência dos bens religiosos para o Estado e os trâmites deste processo é um assunto que, infelizmente, não tem suscitado interesse suficiente à historiografia portuguesa, mormente pela inacessibilidade à documentação que lance luz sobre a posição dos prelados em casos específicos como o do Museu de Lamego, mas que com certeza esclareceria sobre a constituição de muitos acervos museológicos portugueses e dos primeiros anos de relacionamento entre a República e a Igreja no tocante à gestão e posse do património cultural.

⁵³ M. Gonçalves da Costa (1990: 380) não deixa de reparar, e bem, que João Amaral estava presente «embora de uma maneira discreta» na chegada do exílio de D. Francisco Vieira Brito, em Março de 1914. Ao que parece aquele estaria já «apontado como director do museu do Paço». A obra escrita deste artista, *dandy*, historiador, etc. – em tudo um autodidacta – está na sua maior parte dispersa por periódicos locais, (de que destacamos o jornal Beira Douro, o Boletim da Casa Regional da Beira

do Museu e da Diocese⁵⁴, a maior parte de teor puramente catequético, são a prova de um relacionamento tácito que permitia a Lamego individualizar-se e destacar-se no contexto historiográfico da arte em Portugal (para o que contribuíram as obras de Vergílio Correia sobre Grão Vasco, longamente exploradas ao longo das décadas de 20 e 30) através da sua herança religiosa.

Um dos temas que ainda não se esgotou na realidade histórica e actual de Lamego foi o da sua elevação a sede de distrito. Em que se baseavam grande parte dos argumentos dos regionalistas que encheram páginas de manifestos e evocações nacionalistas dos anos 30 a 70? Um dos principais focava as raízes culturais e históricas construídas em redor da catedral lamecense: a Beira-Douro, unidade administrativa criada a Sul do Douro decalcava os limites diocesanos⁵⁵. Ainda que fosse um movimento meramente político e ideológico, almejava contar com o apoio do episcopado lamecense, o qual, em face de um período letárgico que se seguiu à instauração da república, ressurgiu no carisma de alguns prelados como Ernesto Sena de Oliveira (1944-1948), D. João da Silva Campos Neves (1948-1971) e D. António Xavier de Castro Monteiro (1972-1995).

Ao primeiro coube a primeira reestruturação do arquivo diocesano, concretizando a reunião dos paroquiais, que haviam sido repartidos entre o Arquivo Distrital de Viseu (criado pelo decreto-Lei n.º 20803 de 22 de Janeiro de 1932) e a Torre do Tombo, como narra M. Gonçalves da Costa, elencando algumas situações bizarras que ocasionaram a perda irreparável de séries de livros paroquiais⁵⁶. Resolvida a

Douro e o Voz de Lamego) trata de assuntos vários, que vão desde o espólio à guarda do Museu, até aspectos pitorescos da história local.

⁵⁴ Para uma listagem destas consultar RESENDE, Nuno, coord. – *O Compasso da Terra. A arte enquanto caminho para Deus*. Lamego: Diocese, 2006, vol. II (Tarouca), p.274

⁵⁵ D. João da Silva Campos Neves (1948-1971) di-lo na pastoral que anunciava a construção do seminário maior (1-4-1956). Lamentou os decretos confiscadores de 1834 e 1910, e questiona: «lucrou a cidade e o concelho de Lamego alguma coisa com o confisco do Paço e Seminário?» Acrescenta, de seguida: «suponho que ninguém ousará afirmá-lo. Tudo quando Lamego é, à Igreja o deve. Os próprios grandes melhoramentos do Estado não os usufruiu se não fora a importância de ser e ter sido por muitos séculos a sede de um bispado». Perante o Estado e a administração local, D. João fazia questão de lembrar que um dos esteios das instituições laicas era a Igreja – fora ela que alimentara o orçamento ávido do liberalismo e da República e, em última instância, providenciara a arte para expor nos museus, como o de Lamego, cf. CAMPOS, 1980. Não deixa, porém, de ser este o período mais fecundo – o do longo episcopado de D. João Campos Neves – em termos de iniciativas conjuntas entre os vários órgãos da Diocese e o Museu de Lamego: entre 1950 e 1970 são inauguradas várias exposições de arte *sacra*.

⁵⁶ Cf. COSTA, 1984: 426, nota 90, que conta como o pároco de Nespereira (Cinfães) vendo os paroquiais da sua freguesia «numa sala do rés-do-chão, em perigo eminente de deterioração ou desapareci-

questão do novo paço episcopal (primeiramente instalado na Casa do Poço, frente à sé, e depois, por legado à Mitra, num palacete da Rua das Cortes, em Almacave), o arquivo episcopal, o da câmara e do auditório eclesiástico foram transferidos – já por ordem do seu sucessor, D. João da Silva Campos Neves, às caves deste último edifício⁵⁷.

O perfil e o percurso biográfico deste prelado foram o mote para uma época de renovação cultural – durante anos presidiu à Comissão Episcopal de Liturgia e as suas pastorais, amplamente difundidas, revelam posições relevantes e dinâmicas para o governo temporal e espiritual da diocese de Lamego, como a que tomou ao ordenar a realização de inventários sobre o estado de cada um dos templos públicos e privados, em 1949 e 1955, bem assim como o dos bens móveis mandando executar, em 1962, por todas as paróquias segundo um modelo impresso onde o pároco devia indicar, numa listagem descritiva, todos os bens (móveis e imóveis, rústicos e urbanos) afectos à fábrica da sua igreja⁵⁸. Constituem estes três inquéritos/inventários os mais completos trabalhos de cadastragem e reconhecimento do estado do património diocesano no período posterior à implantação da república.

Entre a reestruturação e reposição da Diocese como instituição actuante e relevante para a cidade e como catalisadora de um conjunto de comunidades eminentemente rurais, coube a D. João da Silva Neves realizar sínodo e receber as orientações do Concílio Vaticano II que introduziram mudanças significativas na liturgia e, conseqüentemente, nos espaços e no património afecto ao culto – muitos deles privados de antigos altares, tribunas, etc. e despojados de paramentos inutilizados pelo novo ofício religioso. Como salienta José Paulo Abreu (*cf.* Abreu, 2000: 156-157), no mesmo período em que por toda a Europa e mais concretamente em Espanha, as Conferências Episcopais se mostram activas e interessadas na defesa do

mento, resolveu salvar os da sua terra». O próprio autor confessa ter feito algo semelhante, no tocante à paróquia de Penude, tendo contudo devolvido os referidos livros, por determinação de D. Ernesto, em 1945. Numa volta pelos conjuntos de paroquiais, não é difícil constatar o estado a que chegaram estes e outros fundos: ao desaparecimento de livros somam-se hiatos cronológicos derivados da distribuição de documentação entre o Arquivo Diocesano, em Lamego e o Arquivo Distrital de Viseu.

⁵⁷ O palacete, situado em frente à igreja de Almacave foi doado por duas irmãs da família Castro da Fonseca Pereira Coutinho. Durante a guerra civil parece ter servido de Casa da Relação e aljube para presos políticos. *Cf.* DIONÍSIO, Sant'Anna – *Guia de Portugal*, V, *Trás-os-montes e Alto Douro. II. Lamego, Bragança e Miranda*. 2.^a edição. [Coimbra]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p.682.

⁵⁸ Foi sobre os dois inventários de 1949 e 1955 que alicerçamos a edição de uma listagem anotada de todos os templos públicos e particulares sob jurisdição diocesana, *cf.* RESENDE, Nuno – *Lamego. Um inventário em construção*. Lamego: Diocese, 2006.

património religioso, artístico e documental, Portugal trabalhava com o que tinha – e tudo o que tinha era a Concordata de 1940, mais vocacionada para o social e bastante menos para o cultural. Parte da inércia que ditou a perda irreparável de património, ora por incapacidade de ambos as partes em conservá-lo – Estado e Igreja – ou por intrincados preceitos jurídicos e burocráticos que permitiram, ou o roubo ou o desleixo, advinha do vazio legislativo ou normativo específico ou do incumprimento/desconhecimento das directivas internacionais⁵⁹. Nesse aspecto foi fundamental, em Lamego, a intervenção actuante de D. João que colocou ao dispor da diocese os meios para acautelar-se o seu legado e, por algum tempo, empreender esforços para reconhecer e preservar o património a seu cargo.

Seguiu-se-lhe um prelado que tendo beneficiado do longo, estável e fecundo episcopado de D. João, criou as bases para delinear um plano de salvaguarda e estudo do património diocesano, integrando-o nas correntes historiográficas da época, ligadas às principais universidades portuguesas. De facto, sendo ele próprio um historiador, D. António Xavier de Castro Monteiro imprimiu no período em que presidiu à cátedra episcopal uma aura de cultura, de que é prova a forma como orientou as comemorações dos centenários diocesanos, em 1977. Na pastoral que emitiu a este propósito, a 25-3-1976⁶⁰, define finalidades e sugere actuações, tais como a necessidade de execução de estudos monográficos locais e regionais (por arceprestado)⁶¹, a fundação de um Centro de Estudos Diocesanos e uma Associação

⁵⁹ Não cabe fazer, em nota, elenco das várias encíclicas, constituições e cartas sobre a liturgia, a arte e o património cultural da Igreja em geral. Remetemos para ROSA, Maria de Lurdes e FONTES, Paulo – *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa-U.C.P., 2000; dos mesmos autores o verbete «Arquivos eclesásticos». In AZEVEDO, Carlos Moreira Azevedo, dir., *Dicionário de História Religiosa em Portugal*, vol. A-C, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 118-133; para uma antologia de legislação sobre património em Portugal, sugerimos: NABAIS, José Casalta e SILVA, Suzana Tavares da – *Direito do Património Cultural*. Coimbra: Editora: Almedina, 2006. Para uma breve descrição do estado da questão sobre o Inventário do Património Cultural em Portugal sugerimos o abaixo citado trabalho de João Soalheiro (2000), cf. nota 61.

⁶⁰ MONTEIRO, António Xavier de Castro Monteiro, D. – *Carta pastoral sobre os Centenários Diocesanos*. Lamego: [Diocese], 1976.

⁶¹ As orientações para as comemorações foi seguidas em praticamente todos os pontos da Diocese, tanto quanto nos indicam os periódicos da época. Em Cinfães encabeçou o movimento cultural o Padre Alfredo Pimenta, pároco de Tarouquela e prolífico historiador local que propositadamente para a ocasião redigiu a obra *Brasões de Cinfães* (policopiado, inédito). Em Resende realizou-se uma exposição de *arte sacra* na igreja de S. Martinho do Douro (cf. S.a. – *Exposição de arte sacra do arceprestado de Resende* [catálogo da exposição, 19 de Setembro de 1976]. Lamego: [Gráfica de Lamego], 1976) –, entre outras iniciativas que se multiplicaram por vários arceprestados.

de Cultural e [de] Incremento Regional (instituições que nunca chegaram a ser criadas), o lançamento do 1.º volume da obra da História da Diocese (efectivamente editada e continuada, em 6 volumes, até 1992 por M. Gonçalves da Costa) e a realização de várias iniciativas culturais, dentre as quais se destaca o Colóquio Histórico – que, a 18 e 19 de Novembro de 1976 trouxe a Lamego alguns dos nomes maiores da historiografia portuguesa da época, como Torquato de Sousa Soares, Joaquim Veríssimo Serrão e D. Domingos Pinho Brandão⁶².

Este movimento cultural parece ter perdido alento ao longo dos anos da década de 1980. Não se cumpriram os desejos de D. António Xavier sobre a constituição de grupos de trabalho, nem foi executado o inventário necessário à «educação e sensibilização» dos fiéis diocesanos – que ficou parcialmente a cargo do Museu de Lamego, mas mais com intuítos de conhecimento científico artístico e menos vocacionado para a educação e salvaguarda do imenso património paroquial lamecense⁶³.

O primeiro inventário realizado com fins culturais e científicos recorrendo a metodologias teoricamente delineadas foi o que ocorreu nas paróquias do arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, entre 1997 e 2000. Foram inventariados para cima de 5167 objectos tendo sido utilizados instrumentos informáticos e digitais, nomeadamente software específico – o Matriz –, adquirido a uma empresa que o desenvolvera em parceria com o Ministério da Cultura, tendo em vista o cadastro museológico do Instituto Português de Museus. Deste programa de inventário, – um dos pioneiros a realizar-se em território português –, resultou a edição de um catálogo⁶⁴, uma

⁶² Cf. o programa editado: S.a. – *Comemorações centenárias da Diocese de Lamego: 572-1176-1776*. Lamego: s.e., [1976]

⁶³ Deste trabalho, executado durante a década de 1980 e 1990 resultaram algumas centenas de fichas em suporte papel (na posse da Diocese) e uma base de dados fotográfica (na posse do Museu) sobre algumas peças pertencentes a paróquias da diocese de Lamego. Como se compreende, por motivos logísticos, a cidade foi o espaço a que os inventariantes deram mais atenção. Outrossim a realização de exposições de arte *sacra*, ao longo do século XX, permitiram a inventariação e conhecimento de objectos com eminente valor artístico.

⁶⁴ SOALHEIRO, João, coord. – *Foz Côa. Inventário e memória*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000. Remetemos para a introdução deste trabalho, como testemunho na primeira pessoa, do processo nada linear e tampouco simples da execução de um inventário regional. Aliás, no que concerne às dificuldades derivadas de apoios estatais (ou inexistência deles) a edições e (ou) manifestações culturais na diocese de Lamego não podem passar despercebidas as introduções às obras de M. Gonçalves da Costa. Os «desabafos» do historiador constituem por si só um testemunho privilegiado de uma época que, talvez por próxima, tenha passado marginalmente à contextualização histórica. Mas o testemunho das referidas introduções é tão ou mais pertinente do que as ideias subjacentes ao texto de Rui Fernandes, em 1532/33.



exposição evocativa na igreja de Foz Côa e um colóquio que abordava a temática do inventário cultural⁶⁵. Para trás estava já um fecundo trabalho de estudo, promoção e salvaguarda do património religioso daquele arcebispo levado a cabo na década de 1990 pelo mentor de todas estas iniciativas, João Soalheiro⁶⁶.

Em meados da mesma década, mais concretamente em 1996, o Arquivo Diocesano foi alvo da primeira tentativa de catalogação, levada a cabo por técnicas do Arquivo Distrital de Viseu. Deste trabalho resultou o único guia de fundos, incipiente por não contemplar nem os registos paroquiais, nem o núcleo capitular⁶⁷. Depois da recusa em participar no levantamento e microfilmagem dos paroquiais realizado em território português pela Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Santos Dias (realizado em território português a partir de 1981, cuja Igreja acabou por microfilmear apenas os livros depositados no Arquivo Distrital de Viseu), e na sequência de vários furtos, ou ainda da destruição compulsiva de códices para recuperação de fragmentos pergaminaços, houve enfim necessidade, por parte da Cúria, de assegurar a segurança do espólio remanescente – cada vez mais procurado para estudos genealógicos.

Tanto para a salvaguarda e ordenamento do Arquivo Diocesano, como para a edição de um novo programa de inventário do património móvel, deve realçar-se a acção e empenho do vigário geral Monsenhor Eduardo Russo (1928-2007) que, em 2005, a convite da Comissão de Coordenação da Região Norte, moveu esforços

⁶⁵ SOALHEIRO, João, coord. – *Inventário, que futuro?* Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000. Neste colóquio estiveram presentes, entre outros, Raquel Henriques da Silva, directora do Instituto Português de Museus e Carlos Moreira de Azevedo, então presidente do Centro de Estudos de História Religiosa. Devemos salientar a intervenção do coordenador, João Soalheiro, sobre o Inventário Cultural nos seus aspectos teóricos, metodológicos e na contextualização do mesmo, na época, cf. SOALHEIRO, João – «Inventário, que futuro? In SOALHEIRO, João, coord., *Inventário, que futuro?* Porto: C. M. de Vila Nova de Foz Côa, 2000, pp. 43-61.

⁶⁶ Cf. as seguintes obras: COSTA, João Mário Soalheiro *Sebadelhe: o encanto da memória* [catálogo da exposição, realizada de 10 a 30 de Setembro na igreja de Sebadelhe]. [Ermesinde]: Paróquia de S. Lourenço de Sebadelhe/G.D.R.C. Sebadelhe/Junta de Freguesia de Sebadelhe, 1994- «*Tempos áureos*» de Freixo de Numão: *Arte sacra e diplomática*: sc. XIV/XIX. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1996, pp. 44-45 e SOALHEIRO, João – *Imaginária Sacra. Itinerário breve em terras de Foz Côa*. [Porto]: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1997.

⁶⁷ CARDOSO, Anabela dos Santos Ramos Cardoso e ASSUNÇÃO, Maria Teresa Facas de – *Inventário do património cultural móvel. Câmara Eclesiástica de Lamego*. S.L.: [Arquivo Distrital de Viseu], 1996, trabalho policopiado. Embora M. Gonçalves da Costa elenque os livros mais antigos de registo paroquial existentes no Arquivo Diocesano (Costa, 1982: 276-279), só recentemente, pela mão do Sr. Henrique Eira, conservador actual, se concluiu o inventário deste importante conjunto – o mais manuseado e requisitado actualmente por via do crescente interesse pela genealogia.

para que Lamego integrasse um programa conjunto das dioceses do Norte do país, com vista à concretização de novo inventário.

Em Outubro desse ano iniciou-se a 2.^a fase de inventariação (a 1.^a fora a de Foz Côa), desta feita alargada a dois arceprestados – Lamego e Tarouca – sendo contudo restringida ao levantamento de três categorias de objectos: escultura, ourivesaria e pintura. Procedeu-se, assim, ao cadastro, em software específico (*InArte plus*), de um total de 2056 peças seleccionadas no espólio de 40 igrejas e 148 ermidas, distribuídas por 34 paróquias. Deste projecto, finalizado em Julho de 2007 resultou a edição de um livro sobre o processo de inventariação (a que se anexou a listagem de todos os templos públicos e privados sob a jurisdição lamecense para futuros inventários)⁶⁸, duas exposições⁶⁹, um catálogo de história e arte (*cf.* Resende, 2006), onde participaram 24 autores de várias universidades, tendo o programa encerrado com um colóquio de âmbito regional. Durante o mesmo projecto foi reestruturado o Museu do Tesouro da Sé e inaugurado o novo espaço museológico, sito numa das alas da Casa do Poço, edifício que, como vimos, fora residência episcopal e seminário até ao episcopado de D. João da Silva Campos Neves.

Conclusão

A Diocese de Lamego ocupa uma área considerável do vale do Douro português, justamente reconhecido a nível nacional e internacional como região privilegiada onde se cruzam e entrecruzam valores materiais e imateriais para criar um espaço de inegável interesse histórico e cultural. O primeiro passo para a protecção e promoção deste espaço passa, inevitavelmente, por conhecer o seu património e para tal é necessário inventariá-lo.

Por momentos deixemos a Diocese de Lamego e o vale do Douro. Foquemo-nos em conceitos.

O ensaio que abordou em cerca de 500 anos a evolução cultural da diocese de Lamego abre-nos janelas para um caso particular. Realizar um inventário sobre este conhecimento – conhecimento a memória acumulada na construção da Diocese de Lamego – não é, com certeza, o mesmo que realizá-lo noutra local, com dimensões geográficas, similares ou desfasadas. De facto a incipiente crítica e teorização que

⁶⁸ RESENDE, Nuno – *Lamego. Um inventário em construção*. Lamego: Diocese, 2006.

⁶⁹ Em Dezembro de 2006 inaugurou-se a mostra de arte intitulada «A Montante do Tempo», sobre a religiosidade nas aldeias vinhateiras (Provezende, Favaio, Barcos, Trevões, Salzedas e Ucanha) e em Setembro de 2007, «A Palavra e o Espírito», relacionando o programa de inventário com a escrita e a cultura na diocese de Lamego, desde a Idade Média até aos nossos dias.

tem sido dirigido ao inventário enquanto ferramenta transdisciplinar relega-o para uma condição meramente metodológica ou, quando muito, apêndice de estudos menores e maiores, de índole local ou regional. A recente explosão ou revitalização dos inventários regionais, centrados em dioceses ou subdivisões administrativas menores – mas sempre focando o património religioso – poderá ser enquadrada em políticas de desenvolvimento local e regional? Pode, desde que devidamente contextualizadas em planos científicos e didácticos globalizantes e não funcionando em circuito fechado – ou inventariando objectos pelo simples objectivo de os catalogar. Daí a pergunta colocada no início, inventariar o quê? Para quê? E para quem?

A necessidade de compreendermos os espaços e adaptarmos as metodologias à sua análise deve estar presente ao pensarmos uma cadastragem nacional dos vários patrimónios. Ela não existe, e é absolutamente necessária. Na Europa, e sobretudo na Europa comunitária, Portugal é o único país que não avançou para o cadastro sistemático e total de todos os bens móveis e imóveis que juntos formam o património cultural. Não cabe à Igreja fazê-lo, ou antes, pode, e deve, a Igreja portuguesa lançar um plano de inventário diocesano investindo na gestão do seu património, mas não deve sobrepor-se ao dever do Estado na salvaguarda de património sobre o qual o mesmo legislou abundantemente nas últimas duas décadas. Todo o trabalho é bem-vindo e enriquecerá, estamos certos, uma futura base de dados nacional sobre o espólio cadastrado, mas acima de todas as cartas arqueológicas e inventários parcelares e tipológicos, etc., há um trabalho que começa pela criação de *thesaurus* específicos, pela montagem de um servidor informático central gerido por várias entidades mas entregue a uma entidade autónoma, pela formação de inventariantes e investigadores inteiramente dedicados ao inventário, recolha, e manutenção desse quase desígnio nacional que é o Inventário do Património Cultural Português. Fomos recentemente invadidos por uma onda de tecnologia informática e digital aplicada ao inventário – só falta uma equipa de trabalho que organize a informação existente e actue em várias frentes até ter «mapeado» o território nacional.

Voltemos a Lamego e ao seu bispado. O resumo possível de meio milénio de história não satisfaz o conhecimento sobre um espaço profundamente importante num contexto que extravasa os seus limites geográficos e históricos actuais. Aliás, devendo começar-se pela inventariação do Arquivo Diocesano – mais necessária ainda quando se adivinha a sua transferência para as modernas instalações da Casa do Poço – não podemos esquecer, dentro do conceito de hipertextualidade que referimos na introdução, que a informação passa cada vez mais pela forma como

os dados que a constituem se relacionam entre si. Não basta, não é suficiente que nos fiquemos pela ordenação tipológica ou pela distribuição em núcleos e fundos que obedecem a normas classificativas rígidas. É preciso conceber arquivos virtuais, paralelos, construídos com informação física inexistente, desaparecida ou de cuja presença existem apenas poucos registos. Para tal não é necessário aguardar por grandes intervenções financeiras, mas tão só lançar mão dos equipamentos disponibilizados por uma Era eminentemente cibernética.

Para assegurar o que acabámos de referir, porém, é necessário que conheçamos o espaço e os homens que o humanizaram – o processo cultural é muitas vezes o garante da organização e, conseqüentemente, da civilização e não o contrário, como muitas vezes podemos pensar, quando, por exemplo, no caso do Historiador, este se deixa tyrannizar pelo documento escrito. Foi o que tentámos com o presente ensaio.

Lamego (cidade, diocese) de hoje é a construção física e simbólica de ontem, com todas as suas contingências, vicissitudes e idiossincrasias – não pode fugir a esse rio do tempo que a inunda. Duplo o nosso objectivo, portanto, o de conhecer o caminho e o de permitir bifurcações no trilho a construir.

Bibliografia citada

ABREU, 2003

João Paulo Abreu – «A Igreja e os seus arquivos. História e normas, até 1983». In ROSA, Maria de Lurdes e FONTES, Paulo F. O., coord, *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 127- 162.

AZEVEDO, 1877

Joaquim de Azevedo, dom – *Historia Ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego [...]*. Porto: [Typographia do Jornal do Porto], 1878.

BARROS, 2001

Amândio Morais Barros (ed. crítica) – *Rui Fernandes. Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas [1531-1532]*. Santa Maria da Feira: Beira Douro, 2001.

CAMPOS, 1980

João da Silva Campos – Perfil de um dos maiores bispos portugueses dos tempos modernos. Dom João da Silva Campos Neves Bispo de Lamego. Breves notas biográficas por João da Silva Campos. S.l.: s.e., [1980].

COSTA, 1977

M. Gonçalves da Costa – *História do bispado e da cidade de Lamego. Idade Média: a mitra e o município*. [Braga]: [edição de autor], 1977

COSTA, 1979

M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego, vol. II: Idade Média: Paróquias e Conventos*. [Braga]: [edição de autor], 1979.

COSTA, 1982

M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. III: *Renascimento I*. [Braga]: [edição de autor], 1982.

COSTA, 1984

M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. IV: *Renascimento II*. [Braga]: [edição de autor], 1984.

COSTA, 1986

M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. V: *Barroco I*. [Braga]: [edição de autor], 1986.

COSTA, 1990

M. Gonçalves da Costa – *Seminário e Seminaristas de Lamego. Monografia Histórica*. [Braga]: [edição de autor], 1990.

COSTA, 1992

M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. VI: *Barroco II*. [Braga]: [edição de autor], 1992.

COSTA, 1990

M. Gonçalves da Costa – *Seminário e Seminaristas de Lamego. Monografia Histórica*. [Braga]: [edição de autor], 1990.

DIAS, 1950

Augusto Dias – *Lamego século XVIII*. Porto: [edição de autor], 1950.

ECO, 1995

Umberto Eco – *A definição da Arte*. Lisboa: edições 70, 1995.

MARQUES, 1988

Armando de Jesus Marques – D. Martim Afonso de Mexia: bispo de Leiria, Lamego e Coimbra, secretário de Estado em Castela: quadro familiar, curriculum salmanticense (1592-1596). Campo Maior: C.M., 1988

MARQUES&SILVA, 2006

Maria Alegria Marques e Isabel Morgado Silva – «Raízes medievais – na construção – do território lamecense. In Nuno Resende, coord. – *O Compasso da Terra. A arte enquanto caminho para Deus*. Lamego: Diocese, 2006, 2 vols. (Lamego e Tarouca).

PAIVA, 2001

José Pedro Paiva – «D. Fr. Luís da Silva e a gestão dos bens de uma mitra. O caso da diocese de Lamego (1677-85)» in RAMOS, Luís A. Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins e POLÓNIA, Amélia (coord.) – *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, vol. II, p. 243-255.

PAIVA, 2006

José Pedro Paiva – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

RESENDE, 2006

Nuno Resende, coord. – *O Compasso da Terra. A arte enquanto caminho para Deus*. Lamego: Diocese, 2006, 2 vols. (Lamego e Tarouca).

RIBEIRO, 2003

Fernanda Ribeiro – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

SARAIVA, 2003

Anísio Miguel de Sousa Saraiva – *A Sé de Lamego na primeira metade do séc. XIV (1296–1349)*. Leiria: Magno Edições, 2003.

SERRÃO, 1977

Joaquim Veríssimo serrão – «Projecção cultural do Bispado de Lamego». Beira Alta, Viseu, nº 36 (1977) 15-38.

SOALHEIRO, 2001

João Soalheiro – «Lamego, Diocese de». In AZEVEDO, Carlos A. (coord) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, “P–V”, pp. 419–428.

TAPADINHAS, 2007

Maria Albertina Tapadinhas – *O Almoarifado de Lamego na inquirição de D. Duarte (1433-34)*. [Viseu]: Fundação Mariana Seixas, 2007.